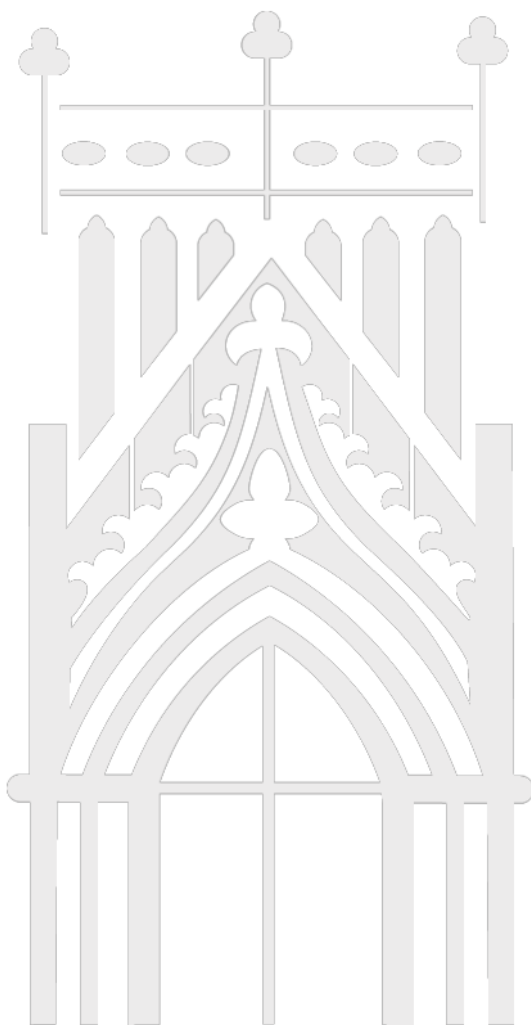


Mestrado em Sistemas Integrados de Gestão

As Legislaturas Políticas e a igualdade de Género em Portugal

Joana Isabel Gonçalves Morais

junho | 2017



Escola Superior de
Tecnologia e Gestão



Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Instituto Politécnico da Guarda

AS LEGISLATURAS POLÍTICAS E A IGUALDADE DE GÉNERO EM PORTUGAL

PROJECTO APLICADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO (AMBIENTE,
QUALIDADE, SEGURANÇA E REponsabilidade SOCIAL)

Joana Isabel Gonçalves Morais

junho | 2017



Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico da Guarda

AS LEGISLATURAS POLÍTICAS E A IGUALDADE DE GÉNERO EM PORTUGAL

PROJECTO APLICADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO (AMBIENTE,
QUALIDADE, SEGURANÇA E REponsabilidade Social)

Orientadora: Prof^a. Doutora Maria de Fátima David

Joana Isabel Gonçalves Morais

junho | 2017

AGRADECIMENTOS

A realização deste Projecto Aplicado, no âmbito do Mestrado em Sistemas Integrados de Gestão (Ambiente, Qualidade, Segurança e Responsabilidade Social), contou com importantes apoios e incentivos, sem os quais o mesmo não se teria tornado realidade e aos quais deixo o meu profundo agradecimento.

À Prof^a. Doutora Maria de Fátima David, pelo seu profissionalismo, pelo esclarecimento de dúvidas, total apoio e disponibilidade em me orientar, não só nesta fase, mas também ao longo do meu último ano de licenciatura e ao longo dos anos de mestrado.

Também à minha família, em especial aos meus pais e à minha irmã, o meu sincero agradecimento, por me terem apoiado incondicionalmente em todas as “lutas” e por me terem motivado para superar todos os momentos difíceis.

Quero também agradecer ao Daniel pelo apoio e incentivo, ajuda na superação dos obstáculos que foram surgindo e pela paciência que tem demonstrado ao longo destes anos. estando sempre ao meu lado.

Muito grata!!!

RESUMO

A conquista da igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e uma condição para a justiça social, não devendo por isso ser encarada isoladamente, como um problema feminino. Assim, esta investigação tem por objetivo analisar e compreender a participação das mulheres na vida política em Portugal, bem como analisar os impactos que a Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto (AR, 2006a), alterada pela Declaração de Rectificação n.º 71/2006, de 4 de outubro (AR, 2006b), teve nas diferentes legislaturas da Assembleia da República (AR), uma vez que a referida Lei vincula uma representação mínima de 33% de cada um dos sexos nas listas eleitorais para a AR, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais.

Metodologicamente, esta investigação desenvolveu duas abordagens complementares: a revisão bibliográfica, na análise teórica; e o caso de estudo, na análise prática. A revisão bibliográfica proporcionou, por um lado, uma visão abrangente de investigações científicas e contribuições anteriormente realizadas e, por outro lado, o conhecimento da legislação promulgada no âmbito da igualdade de género. O caso de estudo, relativo à Assembleia da República Portuguesa, centrou-se nas dinâmicas necessárias para que o processo de aplicação da Lei da Paridade possa ser uma realidade.

Os resultados obtidos evidenciam uma crescente preocupação na adoção de medidas especiais de discriminação positiva para assegurar a participação política das mulheres, sendo que a análise das legislaturas políticas em Portugal permitiram concluir que: (1) no ano de 1976, dos 263 membros incluídos na I Legislatura, apenas 15 são mulheres (5,7% do total); (2) na XIII Assembleia Legislativa (legislatura em vigor, com início em 4 de outubro de 2015), há, pela primeira vez, uma representação de 33% de mulheres, ou seja, num total de 230 deputados, 76 são mulheres; e (3) a evolução da representação de mulheres nas legislaturas portuguesas mostra a continuação da primazia de homens.

Palavras-chave: Igualdade de género, Lei da Paridade, Assembleia da República, Portugal.

JEL Classification: M1 Business Administration

ABSTRACT

The conquest of equality between women and men is a human rights issue and a condition for social justice whereby not be seen in isolation as a female problem. Thus, the purpose of this research is to analyse and understand the participation of women in political life in Portugal, as well as to analyse the impacts that the Parity Law, approved by Organic Law 3/2006, of August 21 (AR, 2006a), amended by Statement of Rectification 71/2006, of October 4 (AR, 2006b), had in the different legislatures of the Assembly of the Republic (AR), since the said Law binds a minimum representation of 33 per cent of each gender one Electoral lists for the AR, the European Parliament and Local Authorities.

Methodologically, this research relied on a two-track complementary approach: the literature review, in the theoretical analysis; and the case study, in the practical analysis. The literature review provided, on the one hand, a comprehensive view of previous contributions and scientific research and, on the other hand, the knowledge of legislation enacted in the area of gender equality. The case study on the Assembly of the Portuguese Republic focused on the dynamics necessary for that application of the Law of Parity to be a reality.

The results obtained evidence the grow concern in the adoption of special measures of positive discrimination to ensure the political participation of women, being that the analysis of political legislatures in Portugal allows us to conclude that: (1) in the year 1976, of the 263 members included on the I Legislature, only 15 are women (5.7 per cent of the total); (2) in the XIII Legislature (after October 4, 2015), there is, for the first time, a representative of 33 per cent of women, i.e., in a total of 230 members, 76 are represented by women; and (3) the evolution of the women's representation in Portuguese legislatures shows the continued primacy of men.

Key words: Gender Equality, Parity Law, Assembly of the Republic, Portugal.

JEL Classification: *M1 Business Administration*

ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE SIGLAS	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XI
ÍNDICE DE QUADROS	XII
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I - ANÁLISE TEÓRICA	7
Capítulo 1 – A Igualdade de Género: Enquadramento Jurídico.....	9
1.1 Enquadramento.....	9
1.2 Perspetiva Internacional da Igualdade de Género	10
1.3 Perspetiva Nacional da Igualdade de Género	14
1.4 Considerações Finais	29
Capítulo 2 – A Lei da Paridade e seus Antecedentes	31
2.1 Enquadramento	31
2.2 Mulheres Portuguesas na História Constitucional Portuguesa	32
2.3 Lei da Paridade em Portugal.....	35
2.4 Considerações Finais	38
PARTE II – ANÁLISE PRÁTICA.....	39
Capítulo 3 – Assembleia da República: Caso de Estudo.....	41
3.1 Enquadramento	41
3.2 Competências da Assembleia da República	42
3.3 Organização e Funcionamento da Assembleia.....	46
3.4 Deputados e Grupos Parlamentares	54
3.5 Considerações Finais	59
Capítulo 4 – As Legislaturas Políticas em Portugal	61
4.1 Enquadramento	61
4.2 Objetivos e Metodologia	62
4.3 Análise dos Resultados.....	62
4.4 Considerações Finais	73
CONCLUSÕES	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AR – Assembleia da República
ASDI – Acção Social Democrata Independente
BE – Bloco de Esquerda
CCF – Comissão da Condição Feminina
CDS-PP – Partido Popular
CE – Comissão Europeia
CEDAW – *Committee on the Elimination of Discrimination against Women*
CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CITAC – Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra
CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRP – Constituição da República Portuguesa
FEM – Fórum Económico Mundial
IPJ – Instituto Português da Juventude
ISCEF – Instituto Superior de Ciência Económicas e Financeiras
MDP/SDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MT – Ministério do Trabalho
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG – Organizações não-governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAN – Pessoas – Animais – Natureza
PAR – Presidente da Assembleia da República
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PCP – Partido Comunista Português
PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”
PLATEIA – Associação de Profissionais das Artes Cénicas
PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNI – Planos Nacionais para a Igualdade
PPM – Partido Popular Monárquico
PRD – Partido Renovador Democrático
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata

SNS – Sistema Nacional de Saúde

UDP – União Democrática Popular

UE – União Europeia

UEDS – União da Esquerda para a Democracia Socialista

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do BE	68
Gráfico 2. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PCP	69
Gráfico 3. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PEV	70
Gráfico 4. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PS.....	71
Gráfico 5. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PPD/PSD	71
Gráfico 6. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do CDS-PP.....	72
Gráfico 7. Distribuição de Deputados por Mandato e Género de Outros Partidos	73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Número de Deputados por Legislatura e Género	63
Quadro 2. Número de Deputados do Género Masculino por Legislatura e Partido Político	64
Quadro 3. Número de Deputados do Género Feminino por Legislatura e Partido Político	66
Quadro 4. Número de Deputados por Legislatura, Género e Partido Político	67

INTRODUÇÃO

Após anos de reivindicações pelos direitos das mulheres, assiste-se atualmente a uma crescente participação destas no mercado de trabalho, na política, na cultura, entre outras esferas da vida pública, verificando-se que têm vindo a ter acesso, de uma forma lenta, mas progressiva, à igualdade jurídica, política, económica, social e intelectual (Esteves, 2013). Um passo importante para a inclusão da mulher na esfera política, enquanto instrumento da consolidação do sistema democrático, foi a Revisão Constitucional de 1997, mais precisamente o seu artigo 109.º (AR, 2005), que estabelece a participação direta e ativa das mulheres e dos homens na vida política, como vista a promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso aos cargos políticos (Martins, 2011).

À luz do enquadramento jurídico português, a discriminação com base no género é definida, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 392/79, de 20 de setembro (MT, 1979: 2466), como sendo:

“(...) toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada no sexo, que tenha como finalidade ou consequência, comprometer ou recusar o reconhecimento, o gozo ou o exercício dos direitos assegurados pela legislação do trabalho.”.

Assim, a Constituição da República Portuguesa (CRP) afirma, no seu artigo 9.º (AR, 2005), que uma das tarefas fundamentais do Estado é promover a igualdade entre mulheres e homens, sendo a conquista desta igualdade uma questão de direitos humanos e uma condição para a justiça social e para a intervenção política, não devendo por isso ser encarada isoladamente, como um problema feminino.

Na continuidade do anterior, também a Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a), e alterada pela Declaração de Rectificação n.º 71/2006, de 4 de outubro (AR, 2006b), representou um marco importantíssimo na promoção da igualdade de mulheres e homens em Portugal, em geral, e no sistema eleitoral da Assembleia da República, do Parlamento Europeu e das autarquias locais, em particular. De modo a garantir o anterior, as listas plurinominais apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista.

Assim, apesar da temática da igualdade de género ser atualmente transversal na legislação de diferentes áreas a nível nacional, a necessidade de intervenção a nível político também se tornou premente. Para Ferreira (2013: 13), as desigualdades:

“(...) estão profundamente enraizadas nos sistemas sociais, políticos e económicos, bem assim como nas instituições e nas estruturas que os servem. Donde resulta que é necessária uma transformação a nível sistémico e estrutural para que as desigualdades não continuem a ser re/produzidas.”.

Deste modo, decorrida quase uma década sobre a entrada em vigor da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a), importa conhecer o impacto da mesma na promoção da paridade entre mulheres e homens em Portugal, em geral, e nas legislaturas políticas da Assembleia da República, em particular.

➤ **Objetivos da Investigação**

O presente Projecto Aplicado tem como objetivo principal analisar e compreender a participação das mulheres na vida política nacional, bem como analisar os impactos que a Lei da Paridade teve nas diferentes legislaturas da Assembleia da República, uma vez que a referida Lei vincula uma representação mínima de 33% de cada um dos sexos nas listas eleitorais para a AR, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais.

Complementarmente, a este objetivo principal, pretendem-se alcançar como objetivos secundários:

- Percecionar o enquadramento cultural da temática da igualdade de género, a nível internacional e nacional;
- Percecionar o enquadramento político da temática da igualdade de género, a nível nacional;
- Percecionar o funcionamento da Assembleia da República, em termos da sua organização e competências políticas, legislativas, de fiscalização ou outras.

➤ **Metodologia da Investigação**

Para dar cumprimento aos objetivos anteriores, a metodologia de investigação desenvolvida consistiu na análise qualitativa e descritiva dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que modelaram a investigação (Barañano, 2004). Como referem Denzin e Lincoln (2000), a abordagem qualitativa tem sido frequentemente utilizada em estudos nos quais se localiza o investigador, isto é, estudos que envolvem uma grande variedade de materiais empíricos que descrevem a rotina e o significado do objeto de estudo.

Assim, usaram-se duas abordagens complementares: a revisão bibliográfica, na análise teórica; e o caso de estudo, na análise prática. A revisão bibliográfica proporcionou uma visão abrangente de investigações científicas e contribuições anteriormente realizadas, bem como da legislação promulgada no âmbito da igualdade de género. O caso de estudo, relativo à Assembleia da República Portuguesa, centrou-se nas dinâmicas necessárias para que o processo de aplicação da Lei da Paridade possa ser uma realidade.

Em termos globais, apresenta-se um caso de estudo relacionado com a análise da implementação da Lei da Paridade através da consideração de três questões gerais: “*O que aconteceu?*”, “*Como aconteceu?*” e “*Por que é que aconteceu?*”. De acordo com Yin (2008), as duas primeiras questões são frequentemente respondidas em estudos que envolvem investigações históricas, enquanto a terceira questão aparece normalmente associada a estudos do tipo narrativo com pendor interpretativo. Assim, o presente Projecto Aplicado seguiu uma metodologia de estudo simultaneamente narrativa e interpretativa, concordando-se com Hartley (1994) e Silverman (2001), quando afirmam que o caso de estudo configura uma abordagem utilizada com o objetivo de possibilitar um conhecimento mais profundo do objeto a investigar.

➤ Estrutura do Documento

Após a presente introdução, este Projecto Aplicado encontra-se estruturado em quatro capítulos, que pretendem conferir coerência ao desenvolvimento do mesmo, agrupando-se em duas partes, que se relacionam entre si. A primeira parte é constituída por dois capítulos, relativos à análise teórica, e a segunda parte é constituída, igualmente, por dois capítulos, relativos à análise prática, ou seja, o caso de estudo.

No primeiro capítulo discute-se a igualdade de género em termos do seu enquadramento jurídico, quer a nível internacional, com particular ênfase na realização em Pequim, em setembro de 1995, da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher e a publicação em 2010 de «*Uma Carta das Mulheres*» com os seus princípios de igualdade entre mulheres e homens, quer a nível nacional, com evidência nos Planos Nacionais para a Igualdade, publicados a partir de 1997.

No segundo capítulo discute-se a temática da Lei da Paridade e seus antecedentes, com enumeração das principais mulheres portuguesas na história constitucional portuguesa, para além da análise na especialidade da Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto, a qual estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as

Autarquias Locais são elaboradas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

No terceiro capítulo apresenta-se a Assembleia da República, enquanto instituição de estudo, evidenciando as suas competências, organização e funcionamento, tendo por base a Constituição da República Portuguesa (AR, 2005), o Regimento da Assembleia da República (AR, 2010) e o Estatuto dos Deputados (AR, 2016).

No quarto capítulo descreve-se e justifica-se a metodologia adotada no capítulo, face à problemática apresentada e aos objetivos da investigação definidos, para de seguida se procede à análise dos resultados obtidos relativamente à representação das mulheres na Assembleia da República ao longo das diferentes legislaturas políticas, entre 1976 (I Legislatura) e 2015 (XIII, e última, Legislatura), ou seja, antes e após a aprovação da Lei da Paridade.

Por último, apresentam-se as conclusões, que se espera possam contribuir para uma melhor compreensão da aplicabilidade da Lei da Paridade em Portugal, nomeadamente ao nível das legislaturas políticas da Assembleia da República. Adicionalmente estabelecem-se contributos para investigações futuras, pese embora a existência de algumas limitações.

PARTE I - ANÁLISE TEÓRICA

A Igualdade de Género: Enquadramento Jurídico

1.1 Enquadramento

A igualdade de género apresenta-se atualmente como uma questão complexa e revestida de inúmeras interpretações: umas que a consideram alcançada; outras que não lhe reconhecem importância; e outras, ainda, que a consideram de difícil alcance (Ferreira, 2013). A Comissão Europeia (1998: 31) define a igualdade de género como:

“o conceito que significa, por um lado, que todos os seres humanos são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer opções, independentes dos papéis atribuídos a homens e mulheres e, por outro, que os diversos comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens são igualmente considerados e valorizados”.

A igualdade de género é o oposto da desigualdade de género e não da diferença de género, ou seja, a desigualdade de género não está relacionada com as diferenças associadas ao sexo biológico mas com as diferenças decorrentes da forma como a sociedade vê e trata cada um dos sexos (CIDM, 1999). Por conseguinte, o presente capítulo tem como objetivo demonstrar algumas iniciativas internacionais e nacionais criadas com intuito de promover e incentivar o combate às desigualdades entre mulheres e homens.

Segundo Esteves (2013), atualmente ainda é visível, em maior ou menor dimensão, a existência de desigualdades de género no mundo globalizado, consoante os países e as respetivas culturas. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2008), uma igualdade de géneros no mundo poderia aumentar o crescimento económico, reduzir a pobreza, aumentar o bem-estar social e ajudar a garantir o desenvolvimento sustentável em todos os países.

Assim, neste capítulo aborda-se a igualdade de género em termos do seu enquadramento jurídico, apresentando-se no ponto 1.2 a perspetiva internacional da igualdade de género, com particular ênfase na realização em Pequim, em setembro de 1995, da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, e a publicação em 2010 de «Uma Carta das Mulheres» com os seus princípios de igualdade entre mulheres e homens. No ponto 1.3 discute-se a perspetiva nacional da igualdade de género, com evidência nos Planos Nacionais para a Igualdade (PNI), publicados a partir de 1997. Por último, no ponto 1.4 tecem-se algumas considerações finais.

1.2 Perspetiva Internacional da Igualdade de Género

Na **União Europeia (UE)**, a situação no domínio da igualdade tem evoluído favoravelmente nas últimas décadas, através do desenvolvimento de iniciativas, quer ao nível legislativo, quer ao nível do apoio técnico, em diversas áreas (Esteves, 2013). De facto, o artigo 2.º do Tratado da União Europeia (CE, 1992: 11), consagra a igualdade entre mulheres e homens como um direito fundamental, ao definir que:

“A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma união económica e monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns (...) promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros.”

De acordo com a Comunicação da Comissão COM (96) 67 final, de 21 de fevereiro de 1996 (CE, 1996), a UE passa a integrar a perspetiva de género (*gender mainstreaming*) de forma sistemática em todas as políticas, com o objetivo de promover a igualdade entre mulheres e homens, mobilizando explicitamente o conjunto das políticas e ações globais para a igualdade num estágio de planeamento e os seus efeitos em mulheres e homens, nas fases de implementação, controlo e avaliação.

Nestes termos, a UE assume a promoção da igualdade entre mulheres e homens como uma das suas tarefas fundamentais, embora confrontando-se com visões diferentes do que deve ser a igualdade e adaptando-se, necessariamente, aos quadros culturais e políticos de cada país (Walby, 2005). Apesar das diferenças existentes, as estratégias e determinações da UE continuam a ser um elemento fundamental para a integração do princípio da igualdade nos Estados-membros e no financiamento de políticas para a promoção da igualdade de género (Silva, 2014).

No caso da UE, as políticas de emprego têm um papel essencial na igualdade de género, determinando um grau de standardização das políticas de gestão de recursos humanos (Esteves, 2013). Neste sentido, segundo Bilhim (2007), uma das áreas de interesse da agenda social europeia respeita à igualdade no contexto dos mercados de trabalho, dos comportamentos e práticas de emprego, em termos de três dimensões: igualdade de oportunidades, que abrange as experiências e as circunstâncias prévias ao trabalho, as oportunidades de competição pelo trabalho e a progressão

na organização onde o indivíduo está empregado; a igualdade de tratamento, que abrange a afetação a funções e as condições de trabalho; e a igualdade de resultados, que abrange a remuneração e as quotas de emprego.

A **nível internacional**, a igualdade de direitos das mulheres e dos homens está consagrada na Carta das Nações Unidas de 1945 e proclamada desde a Declaração dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que se pode considerar a década de 70 do século XX como um marco incontornável, pois em 1975 as Nações Unidas institucionalizam o Ano Internacional da Mulher e iniciaram as Conferências Mundiais, que têm debatido e elaborado propostas de ação para a promoção da igualdade entre mulheres e homens (Silva, 2014). Assim, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (em inglês, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO), pese embora não tenha poder para criar leis, tem demonstrado uma atenção crescente com as questões da igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da sociedade, conseguindo colocar várias temáticas na agenda dos países e de várias instituições (Cerqueira, 2007).

Em 1979 foi assinada a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (do inglês, *Committee on the Elimination of Discrimination against Women* - CEDAW), na qual se definiram os meios e os objetivos para a implementação da igualdade, ou seja, esta convenção corresponde à lei internacional dos direitos das mulheres, que se baseia no compromisso dos Estados signatários de promover e assegurar a igualdade entre mulheres e homens e de eliminar todos os tipos de discriminação contra a mulher (Amâncio, 2003).

Anos mais tarde, em 1995, foi assinada a segunda Convenção, no âmbito da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher realizada em Pequim, designada “*Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz*”, a qual teve como objetivo avaliar os progressos obtidos desde as conferências anteriores (Nairobi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e analisar as barreiras que são necessárias superar para que as mulheres possam usufruir completamente dos seus direitos (Viotti, 2006). Nesta conferência foram identificadas, segundo Viotti (2006), doze áreas de principal preocupação:

- Crescente proporção de mulheres em situação de pobreza;
- Desigualdade no acesso à educação;
- Desigualdade no acesso aos serviços de saúde;
- Violência contra a mulher;
- Efeitos dos conflitos armados sobre a mulher;

- Desigualdade quanto à participação nas estruturas económicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos;
- Desigualdade em relação à participação no poder político;
- Insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher;
- Lacunas na promoção e proteção dos direitos da mulher;
- Tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios;
- Desigualdade de participação nas decisões sobre a gestão dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente;
- Necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina.

Nesta Convenção, foram considerados não só os problemas das mulheres, mas também as relações entre mulheres e homens em todas as esferas sociais e para benefício de ambos os géneros, considerando as suas necessidades, os interesses, as competências e os talentos (Perista e Silva, 2005), reafirmando que a igualdade entre mulheres e homens é uma condição de justiça social e um requisito necessário e fundamental para igualdade e para o desenvolvimento (Rando *et al.*, 2011).

Posteriormente, em 1997, o Tratado de Amesterdão consagrou a promoção da igualdade entre mulheres e homens como uma das missões da Comunidade Europeia, constituindo também um objetivo transversal (Esteves, 2013). Para, em 1999, a Carta dos Direitos Fundamentais consagrar a igualdade de mulheres e homens, bem com o direito à conciliação da vida familiar e profissional (Esteves, 2013).

Por forma a comemorar o 15.º aniversário da Conferência de Pequim, em 2010, a Comissão Europeia reforçou o empenho em fazer da igualdade entre mulheres e homens uma realidade, reforçando a perspetiva de igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas e medidas adotadas com o objetivo de promover a igualdade entre os sexos. Para o efeito, foi então criada «*Uma Carta das Mulheres*» que estabelece os princípios de igualdade entre mulheres e homens (CE, 2010):

- *1.º princípio - igual independência económica*, refere que a discriminação, a segregação no mercado de trabalho, a precariedade das condições de emprego, o trabalho a tempo parcial involuntário e a partilha desequilibrada de responsabilidades familiares com os homens afetam as escolhas de vida e a independência económica de muitas mulheres;
- *2.º princípio - igual remuneração por trabalho igual e por trabalho de igual valor*, resulta de na UE, as mulheres ainda ganharem, em média, 18% menos do que os homens por cada hora de trabalho, para além de terem menos recursos durante a sua vida ativa e, na reforma,

enfrentarem mais dificuldades, sendo, por isso, mais afetadas do que os homens por todas as formas de pobreza, incluindo a pobreza no trabalho;

- *3.º princípio - igualdade na tomada de decisões*, refere que as mulheres ainda não têm pleno acesso à partilha de poder e à tomada de decisões, epéolo que o equilíbrio entre os sexos em matéria de tomada de decisões, na vida política e económica e nos sectores público e privado, contribuirá para que a Europa conceba políticas mais eficazes, desenvolva uma sociedade baseada no conhecimento consciente desta problemática e criará uma democracia mais sólida e próspera;
- *4.º princípio - dignidade, integridade e fim da violência com base na identidade sexual*, refere que o pleno usufruto dos direitos fundamentais por parte das mulheres adultas e jovens é uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais e é essencial para o progresso das mulheres adultas e jovens, para a paz, a segurança e o desenvolvimento. A violência com base na identidade sexual, incluindo costumes ou práticas tradicionais nocivas, constitui uma violação dos direitos fundamentais, em especial da dignidade humana, do direito à vida e do direito à integridade do ser humano, impedindo tal violação o exercício de uma vida autónoma;
- *5.º princípio - igualdade entre mulheres e homens fora da União*, considera que a igualdade entre mulheres e homens deve também ser completamente integrada nas políticas externas, a fim de promover, no mundo inteiro, a independência e o progresso sociais e económicos de mulheres e homens. Isto porque, para desenvolver sociedades sustentáveis e democráticas, é essencial reduzir as desigualdades entre os sexos, combater a violência baseada na identidade sexual e promover os direitos das mulheres.

Por conseguinte, muitos são os exemplos de programas de ação positiva pelo Mundo ao nível de não-discriminação, nomeadamente, como refere Barreiros (2012):

- no **Brasil**, tanto Universidades estaduais como federais, criaram sistemas de admissões preferenciais (quotas) para minorias raciais (raça negra e indígenas), para as classes mais desfavorecidas e pessoas com incapacidades físicas;
- no **Canadá**, o “*Canada Employment Equity Act*” requer que os empregadores das indústrias reguladas federalmente dêem tratamento preferencial a mulheres, pessoas com incapacidades, aborígenes e para as chamadas “minorias visíveis”;
- no **Reino Unido**, o “*Good Friday Agreement*” requer que a Polícia ao serviço da Irlanda do Norte recrute, em igual número, católicos e protestantes, de forma a eliminar o desvio aparente que existe em relação aos protestantes;
- na **Roménia**, os ciganos têm quotas especiais para o acesso ao ensino superior; e

- na **África do Sul**, o pós-apartheid “*Employment Equity Act*” forçou por lei a anteriormente privilegiada minoria branca a empregar os grupos anteriormente discriminados.

Não obstante, alguns países declararam inconstitucionais algumas das medidas de acção positiva, por beneficiarem certos grupos, como por exemplo na **Eslováquia**, em que o Tribunal Constitucional declarou em Outubro de 2005 que os programas de acção afirmativa eram inconstitucionais porque “*criam vantagens para pessoas de um grupo étnico ou racial minoritário*” (Barreiros, 2012).

1.3 Perspetiva Nacional da Igualdade de Género

A nível nacional, em resultado dos compromissos assumidos a nível internacional, o Estado português inicia uma alteração profunda no sentido da formulação de políticas e de uma convergência legislativa impulsionadora sobre a igualdade entre mulheres e homens (Queirós, 2012). Assim, a partir de 1997, com os Planos Nacionais para a Igualdade (PNI), atualmente na sua quinta edição, é assumida uma perspetiva de género transversal sobre as políticas de igualdade entre mulheres e homens a nível nacional.

O **I Plano Global para a Igualdade de Oportunidades** (1997-2002), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de março, considera que:

“A igualdade de tratamento entre mulheres e homens é um princípio fundamental no direito português e no direito comunitário. No entanto, nem a igualdade constitucional e legalmente estabelecida nem a presença e estatuto das mulheres no mercado de trabalho têm sido suficientes para a realização de uma efectiva igualdade entre homens e mulheres.” (PCM, 1997: 1323).

Este Plano, com o objetivo global de:

“Integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todas as políticas económicas, sociais e culturais.” (PCM, 1997: 1324);

estava estruturado em torno de sete objetivos concretizáveis através de áreas e medidas de acção, nomeadamente:

- Objetivo 1 - Integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todas as políticas económicas, sociais e culturais;
- Objetivo 2 - Prevenir a violência e garantir proteção adequada às mulheres vítimas de crimes de violência;
- Objetivo 3 - Promoção da igualdade de oportunidades no emprego e nas relações de trabalho;

- Objetivo 4 - Conciliação da vida privada e profissional;
- Objetivo 5 - Proteção social da família e da maternidade;
- Objetivo 6 - Saúde;
- Objetivo 7 - Educação, ciência e cultura.

De forma a alcançar o «primeiro objetivo», isto é, integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todas as políticas económicas, sociais e culturais, a Resolução do Conselho de Ministros (PCM, 1997: 1324), estabelecia como medidas de carácter global:

- “1-Elaborar e compilar informação sobre as normas nacionais e comunitárias relativas a medidas que visem estabelecer a igualdade entre homens e mulheres, promovendo a sua divulgação junto da população em geral (...).*
- 2-Promover a inclusão nos cursos e acções de formação de todos os agentes da administração central, local e regional de temas relacionados com a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.*
- 3-Promover a inclusão de temas relacionados com as questões do género e a igualdade de oportunidades nos currículos escolares, bem como nos cursos de formação inicial e contínua do pessoal docente e dos outros profissionais da educação (...).*
- 4-Consagração da necessidade de identificação do sexo em todos os instrumentos de notação e de recolha estatística dos organismos públicos produtores de informação estatística, para um melhor planeamento e implementação das diversas políticas sectoriais (...).*
- 5-Ponderação das questões relativas ao sexo nos estudos de impacte das diferentes medidas e programas em cada departamento governamental, a fim de avaliar a sua incidência nas condições de vida de homens e mulheres.*
- 6-Fomentar a concretização do princípio da igualdade na aplicação dos programas do Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente ao nível da formação profissional e da criação de emprego, através da introdução de medidas específicas, visando a igualdade de oportunidades nos regulamentos dos referidos programas.*
- 7-Introduzir medidas específicas relativas à promoção da igualdade de oportunidades nos acordos celebrados no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social e introduzir nos respectivos relatórios de acompanhamento um ponto específico sobre os avanços realizados no domínio da igualdade (...).*
- 8-Fomentar a igualdade entre mulheres e homens nas políticas do desporto.*
- 9-Estabelecer medidas que apoiem e estimulem as associações e organizações não-governamentais cuja actuação seja orientada para a defesa cumulativa dos direitos humanos e do princípio da igualdade de oportunidades.”.*

Para concretizar o «segundo objetivo», ou seja, prevenir a violência e garantir proteção adequada às mulheres vítimas de crimes de violência, a Resolução do Conselho de Ministros (PCM, 1997) estabelecia medidas preventivas e medidas de proteção. Como medidas preventivas, o I PNI pretendia fomentar campanhas de sensibilização da opinião pública, através dos órgãos de comunicação social, tendo em vista a mudança de mentalidades relativamente ao papel da mulher na sociedade e que se criasse e divulgasse um guia sobre os direitos das mulheres vítimas de violência. Como medidas de proteção, o I PNI estabelecia:

- “3-Criação de centros de apoio às mulheres vítimas de violência, para atendimento, abrigo e encaminhamento, e promoção de uma cooperação privilegiada, designadamente entre os serviços do Ministério da Justiça, as autarquias locais e as organizações não-governamentais.*
- 4-Efectivação do serviço de atendimento telefónico (Gabinete SOS), com o apoio do Ministério da Justiça, com vista à prestação de informação sumária sobre as providências adequadas às situações que lhe sejam expostas.*
- 5-Criação das secções de atendimento directo às mulheres vítimas de violência junto dos órgãos de polícia criminal competentes para a apresentação de denúncias da prática de factos criminosos.*
- 6-Criação de mecanismos que permitam a redução do período que decorre entre a apresentação da queixa pela vítima de crime de violência doméstica e a promoção, em tempo útil e quando se entender adequado, da medida de coacção que se traduz no afastamento do agressor da residência comum (...).*
- 7-Promoção, reforço e alargamento de medidas tendentes à atribuição de indemnização adequada às vítimas de crimes de violência doméstica.*
- 8-Introduzir nos currículos de formação profissional dos agentes policiais matérias relativas aos efeitos psicológicos e sociais da violência doméstica sobre as vítimas e sobre a estrutura familiar.*
- 9-Incentivar medidas de repressão da exploração da prostituição e do tráfico de mulheres através da cooperação mais estreita entre o Governo e as autarquias locais.*
- 10-Criar centros de mediação familiar.” (PCM, 1997: 1324-1325).*

Para cumprir o «terceiro objetivo», ou seja, promover a igualdade de oportunidades no emprego e nas relações de trabalho, a Resolução do Conselho de Ministros (PCM, 1997: 1325) previa:

- “2-Criar na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego um observatório para o seguimento da temática da igualdade nos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, designadamente para a detecção e prevenção de discriminações directas e indirectas, e ainda incentivar a introdução de acções positivas e de uma nova cultura de*

empresa e da igualdade, devendo para o efeito promover-se a sensibilização dos negociadores sindicais e patronais.

3-Promover a difusão em todos os órgãos da Administração Pública de documentos que contenham propostas que visem assegurar nos mesmos a igualdade de oportunidades e criar mecanismos de concretização e controlo da execução das medidas nelas previstas.

(...)

5-Incentivar as empresas a adoptar medidas de acção positiva, tais como a contratação de mulheres desempregadas de longa duração com mais de 40 anos, a integração de mulheres em áreas profissionais novas onde estão sub-representadas ou o acesso das jovens a uma formação prática, através de estágios facilitadores da sua inserção profissional.

6-Consagrar, em sede de concertação social, medidas de acção positiva a promover aquando da negociação dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho.

(...)

8-Estimular a actividade empreendedora das mulheres, promovendo apoios específicos de cariz financeiro e técnico às suas iniciativas empresariais e proceder à ampla difusão destes programas.

9-Fomentar a participação das mulheres na formação profissional e aumentar as suas possibilidades de requalificação e acesso a áreas profissionais novas ou onde estejam sub-representadas, bem como a postos de chefia.

10-Promover o desenvolvimento da sua carreira profissional, nomeadamente através da introdução, nos regulamentos dos programas financiados pelo Fundo Social Europeu, de prioridades ou majorações financeiras nas acções que prossigam estes objectivos.”

Para a concretização do «quarto objetivo», isto é, conciliação da vida privada e profissional, a Resolução do Conselho de Ministros (PCM, 1997: 1325-1326) estipulava:

“1-Promover junto dos parceiros sociais (...) a ideia da co-responsabilização na conciliação da vida privada, social e profissional (...).

2-Incentivar as empresas a promover medidas de conciliação da vida profissional e da vida familiar, nomeadamente através da flexibilização dos horários de trabalho, da jornada contínua, da adopção de medidas de protecção da família nas situações de trabalho por turnos e de medidas de reagrupamento familiar, de modo a permitir, em particular, que um dos progenitores possa dar assistência aos filhos.

(...)

4-Incentivar a criação de instituições de prestação de cuidados às crianças (creches familiares), aos idosos (apoio domiciliário e centros de dia) e aos deficientes (instituições de recuperação e reabilitação), através da articulação entre a administração central, as

autarquias locais e as organizações não-governamentais, recorrendo nomeadamente aos apoios financeiros no âmbito do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional.

5-Atribuir particular prioridade às actividades que (...) respondam à crescente procura social no âmbito do acolhimento de crianças e de idosos e de outras pessoas dependentes, bem como de outros serviços de proximidade que contribuam para a qualidade de vida das famílias e, em particular, das mulheres.

6-Prever a adopção de medidas nas políticas de transportes e reabilitação urbana que promovam a aproximação entre os locais de trabalho e de residência.

7-Consagrar o princípio da proximidade dos cônjuges no âmbito das nomeações na Administração Pública.”.

No âmbito do «quinto objetivo», nomeadamente a proteção social da família e da maternidade, o I PNI (PCM, 1997) pretendia que fosse criado um grupo de trabalho no âmbito dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade e Segurança Social com vista à definição de um quadro jurídico relativo às tarefas domésticas, contemplando a adoção de medidas que permitissem o reconhecimento do valor desse trabalho, nomeadamente no plano fiscal e da segurança social. Adicionalmente, também pretendia que fossem promovidas medidas de proteção social especiais para as mulheres e os homens sós que tenham a seu cargo filhos deficientes, bem como que se criassem medidas de proteção às mães adolescentes no domínio da assistência na saúde e da promoção da educação, com vista à sua inclusão no sistema escolar.

Quanto ao cumprimento do «sexto objetivo», ou seja, da saúde, o I PNI (PCM, 1997) estabelecia como medidas a inclusão no inquérito nacional de saúde de perguntas e indicadores relativos ao planeamento familiar, para além da análise das medidas de prevenção da gravidez nas adolescentes, no âmbito da educação sexual e do planeamento familiar, a promover nas escolas, nos centros de saúde e nos hospitais. Paralelamente, o I PNI previa a criação de condições que garantissem a dignidade da pessoa humana nos serviços de saúde e hospitais, respeitando, nomeadamente, o direito à privacidade e à intimidade.

Por último, como «sétimo objetivo», isto é, educação, ciência e cultura, a Resolução do Conselho de Ministros (PCM, 1997: 1326) pretendia:

“1-Incentivar e apoiar a educação de adultos, com vista a reduzir o analfabetismo e aumentar o nível de escolaridade da população em geral e da feminina em particular.

2-Promover, nomeadamente através da criação de prémios, a elaboração de manuais escolares e de outros materiais pedagógicos e de divulgação cultural que veiculem imagens femininas e masculinas não estereotipadas.

- 3-Fomentar e apoiar estudos e iniciativas que valorizem, objectivamente, a importância do contributo histórico das mulheres para a cultura portuguesa.
- 4-Contribuir para que nos currículos escolares seja dada a devida atenção ao papel complementar desempenhado pelos dois sexos na sociedade e na família, por forma a superar discriminações, nomeadamente na divisão tradicional de papéis entre mulheres e homens.
- 5-Incluir nos currículos escolares módulos sobre a educação sexual, no âmbito dos programas de educação para a saúde.
- 6-Facultar opções não estereotipadas dos cursos e das carreiras profissionais, oferecendo aos jovens estudantes, a partir do 9.º ano de escolaridade obrigatória, orientação e informação sobre todos os cursos médios e superiores e respectivas saídas profissionais e promovendo estágios de curta duração em empresas e organismos da administração central, regional e local.
- 7-Fomentar a entrada das jovens nas áreas culturais, científicas e tecnológicas, incentivando a sua participação nos programas de ensino experimental.
- 8-Incluir o domínio interdisciplinar das relações sociais de género nos programas de financiamento à investigação científica e tecnológica.”.

Face ao exposto, este Plano revelava fragilidades estruturais, dado que não definia horizontes temporais, nem indicadores, e, mesmo abrangendo as grandes áreas do domínio da política, ignorava o acesso à decisão política (Silva, 2014). Assim, em 2003 foi aprovado o **II Plano Nacional para a Igualdade** (2003-2006), através da Resolução do Conselho de Ministro n.º 184/2003, de 25 de novembro (PCM, 2003), que determinava a integração da perspectiva de género em áreas da política que eram consideradas prioritárias e afirmava claramente a responsabilidade da Administração Pública.

Neste plano, que já assumia um cariz instrumental mais acentuado, definindo objetivos, indicadores, horizontes temporais e responsabilidades, ao contrário do que o I PNI apresentava (Rato *et al.*, 2005), refletia uma crescente preocupação e vontade de promover medidas conducentes a uma sociedade mais equilibrada, em que as mulheres e os homens gozassem, efetivamente, de iguais oportunidades. Em concreto:

“É hoje consensualmente aceite que as mulheres devem ser ouvidas nos processos de tomada de decisão, tanto política como económica, porque elas representam mais de 50% da população nacional; as mulheres são hoje uma peça fundamental no mundo do trabalho e devem ser dignificadas enquanto trabalhadoras. Mas é igualmente imprescindível enobrecer o papel dos homens no mundo familiar e doméstico, pois o seu papel nestes domínios é

essencial. Mulheres e homens mantiveram-se durante séculos tradicionalmente restringidos a apenas uma das partes deste mundo. Mudar estas circunstâncias requer tempo, requer dar atenção aos grupos mais vulneráveis e requer, também, uma nova postura social, mais aberta, mais equilibrada, em que direitos e deveres sejam repartidos e partilhados por ambos os sexos.” (PCM, 2003: 8018).

Nestes termos, o II PNI (PCM, 2003) incluía medidas estruturantes e medidas por grandes áreas de intervenção. As primeiras constituem os principais requisitos para a integração da perspetiva de género nos diversos domínios da Administração Pública e devem produzir efeitos estruturantes e duradouros, devendo cada ministério operacionalizar cada uma destas medidas tendo em conta as suas áreas específicas de intervenção. As segundas medidas são organizadas em função das áreas de intervenção prioritárias definidas no Programa do Governo para a área da igualdade de oportunidades.

De acordo como II PNI (PCM, 2003), a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens deve ser tratada de forma estruturante, com vista a inserir uma mudança da cultura da Administração Pública nos seus diferentes níveis, pelo que o mesmo Plano estabelecia um conjunto de medidas estruturantes da Administração Pública, especificamente:

- Constituição, em cada ministério, de equipas interdepartamentais responsáveis pela coordenação, dinamização, acompanhamento e avaliação da integração da perspetiva de género em todas as políticas e programas.
- As equipas criadas, bem como outros funcionários, devem receber formação em matéria de igualdade de género para a promoção da igualdade de género no âmbito da esfera de intervenção de cada ministério.
- O sistema jurídico de ser aperfeiçoado através da introdução da dimensão de género na preparação dos diplomas legais, nomeadamente nas áreas do trabalho, da conciliação da vida profissional e familiar, do combate à violência, do poder e tomada de decisão, da educação e formação.
- Deve ser elaborado pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM)¹ um estudo do impacto das políticas governamentais sobre as mulheres e os homens através de um Guia de Boas Práticas sobre igualdade de género e de um instrumento-base que permita avaliar a adaptação e o impacto das medidas nas áreas de intervenção dos ministérios.

¹ Substituída, em 2007, pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de maio (PCM, 2007a).

- Todas as estatísticas produzidas ou publicadas no âmbito da Administração Pública devem ser decompostas por sexo.
- Criação de base de dados nacional sobre a igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens, com o objetivo de acompanhar a implementação da «*Plataforma de Ação de Pequim*».
- Adotar ao longo de toda a vigência do Plano medidas de ação positiva em cada ministério, por forma a promover a igualdade de oportunidades e a combater a segregação horizontal e vertical, e promover a representação equilibrada de mulheres e homens nas esferas de tomada de decisão, bem como o apoio à conciliação da vida profissional e familiar.
- Elaboração de uma nova plataforma informática por forma a divulgar boas práticas na área da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Esta plataforma insere-se no projeto Governo Eletrónico e visa tornar a informação mais dinâmica e acessível a todos os utilizadores e organismos públicos.

O II Plano estabelecia ainda medidas por grandes áreas de intervenção, estas estão subdivididas em capítulos específicos:

- Atividade profissional e vida familiar;
- Educação, formação e informação;
- Cidadania e inclusão social; e
- Cooperação com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

As medidas presentes no II PNI (PCM, 2003) relativamente à «*atividade profissional e vida familiar*» pretendem assegurar e reforçar o cumprimento dos direitos em matéria de igualdade de oportunidades no trabalho e no emprego, e de proteção da maternidade e da paternidade e introduzir uma cultura de igualdade de género na sociedade. Também pretendem que sejam adotadas medidas inovadoras de forma a promover a igualdade entre mulheres e homens no acesso ao emprego, em particular em profissões e setores de atividade que sejam predominantemente ocupados por um dos sexos na progressão profissional, incluindo o acesso a lugares de direção ou chefia, e nos ganhos obtidos.

Adicionalmente, o II PNI (PCM, 2003) ainda pretendia que fossem criadas medidas de forma a: reforçar a participação das mulheres na formação profissional qualificante; apoiar e incentivar o autoemprego e as iniciativas empresariais de mulheres; incentivar o teletrabalho, o trabalho no domicílio e promover a melhoria da situação das mulheres e homens que trabalham no domicílio; promover o trabalho a tempo parcial e o trabalho com flexibilidade de horário; reforçar e criar estruturas de apoio social direcionadas para apoio a descendentes, ascendentes ou outros

dependentes, com o intuito de promover e facilitar uma melhor conciliação da vida profissional e familiar.

As medidas relativas à «*educação, formação e informação*» presentes no II PNI (PCM, 2003) previam a integração progressiva da perspetiva de igualdade de género e de oportunidades entre mulheres e homens nos currículos, programas e materiais pedagógicos, para isso sendo necessário sensibilizar as editoras escolares e os autores para a necessidade de incluir a dimensão da igualdade de género e de oportunidades entre mulheres e homens nos manuais escolares e produtos educativos. Também previa a introdução da temática da igualdade de género quer na formação inicial, quer na formação contínua, de todos os profissionais de educação e formação, docentes e não docentes e que as escolas fossem orientadas de forma a promover o respeito pela pessoa humana para garantir uma integração das raparigas e dos rapazes no quotidiano escolar e prevenisse situações de exclusão, abandono, violência e assédio. Para tal deviam ser criadas ações de formação para a igualdade de género com a colaboração do Instituto Português da Juventude (IPJ).

Ainda ao nível da «*educação, formação e informação*», o II PNI (PCM, 2003) ainda pretendia: sensibilizar a população para a maternidade e paternidade responsáveis; prevenir a gravidez na adolescência e apoiar as jovens mães; reforçar os programas de prevenção da saúde tendo em atenção os aspetos específicos de mulheres e de homens; e melhoria das condições de acesso à saúde, também sexual e reprodutiva, tendo em atenção as características específicas de mulheres e homens. Em sentido mais abrangente, o II PNI (PCM, 2003) também procurava incentivar e promover o acesso das mulheres, especialmente as pertencentes a grupos mais desfavorecidos e ou socialmente excluídos, a manifestações culturais nas suas múltiplas formas e expressões; introduzir a dimensão de género nas políticas e práticas desportivas, promovendo uma maior participação de raparigas e rapazes em todas as atividades; e sensibilizar as direções dos órgãos de comunicação social e dos jornalistas para a importância da igualdade de género.

Relativamente à «*cidadania e inclusão social*», as medidas presentes no II PNI (PCM, 2003) pretendia: promover uma representação equilibrada das mulheres e dos homens no sistema de representação política a todos os níveis e, em particular, nos órgãos de soberania e nos órgãos de poder local, designadamente através da realização de ações de sensibilização e formação; promover e encorajar a participação direta e ativa dos jovens de ambos os sexos na vida política através de ações específicas que procurem incentivar o debate sobre questões de interesse nacional e transmitir os direitos e obrigações dos cidadãos; adotar medidas de ação positiva, em articulação com o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), que incidam nas áreas do trabalho e emprego, da formação profissional e da proteção social, dirigidas especialmente a grupos de mulheres vulneráveis ou

pertencentes a grupos marginalizados; divulgar, junto das mulheres imigrantes e das mulheres que pertencem a minorias étnicas e culturais, informação sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres, conceder-lhes o acesso à educação e à formação e melhorar-lhes os cuidados de saúde e prevenção de práticas de risco.

O II PNI (PCM, 2003) pressupunha uma «cooperação com a CPLP», uma vez que as necessidades e o acesso aos recursos não são iguais para mulheres e para homens, sendo de esperar que essa diferença também se refletisse no impacto de eventuais programas de cooperação para o desenvolvimento. Assim, a cooperação entre a CPLP e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) português pretendia alertar os vários intervenientes para a necessidade de introduzir a perspetiva de género nos programas integrados de cooperação, tendo em vista a troca de experiências e a implementação de projetos concretos em cada país na área da formação da igualdade de género.

O *III Plano Nacional para a Igualdade Cidadania e Género* (2007-2010) surge em 2007, através da publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, de 22 de junho (PCM, 2007b), com vista a reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica e cultural. Este Plano determinava como áreas estratégicas de intervenção:

- “I) Perspetiva de género nos diversos domínios de política enquanto requisito de boa governação;*
- II) Perspetiva de género nos domínios prioritários de política;*
- III) Cidadania e género;*
- IV) Violência de género;*
- V) Perspetiva de género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento.”* (PCM, 2007b: 3949).

Na área da «perspetiva de género nos diversos domínios de política enquanto requisito de boa governação», o III PNI (PCM, 2007b) estabelecia como objetivos: implementar o Observatório de Género; garantir condições para o bom funcionamento das estruturas criadas em cada ministério para integrar a perspetiva da igualdade de género em todos os níveis de decisão política; criar condições para uma integração sustentada da dimensão da igualdade de género em todos os domínios e fases da decisão política; apoiar a integração da dimensão de género nas diferentes áreas de política da Administração Local; promover um ambiente favorável à integração da igualdade de género no domínio da administração da Justiça; e promover a formação em igualdade de género na Administração Central e Local.

Na área da «*perspetiva de género nos domínios prioritários de política*», o III PNI (PCM, 2007b) previa oito eixos estruturantes, sendo para cada um estabelecidos objetivos, nomeadamente:

1. eixo «educação, investigação e formação» tem como objetivos: promover a integração da dimensão de género na formação e na qualificação profissional dos diversos agentes de educação e formação; promover a integração da dimensão de género na educação formal e não formal; promover a integração dos estudos de género em todos os domínios; e qualificar a formação em igualdade de género;
2. eixo «independência económica» tem como objetivos: desenvolver o empreendedorismo feminino; promover a integração de mulheres e homens em novos campos de atividade profissional; e promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho;
3. eixo «conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal» tem como objetivos: promover a conciliação entre a atividade profissional, vida familiar e pessoal; e promover a maternidade e paternidade responsável;
4. eixo «inclusão e desenvolvimento social» tem como objetivos: diminuir a feminização da pobreza; e promover a igualdade de género e a cidadania de mulheres e homens migrantes e de minorias étnicas e culturais, facilitando a sua integração a todos os níveis;
5. eixo «saúde» tem como objetivos: promover a igualdade de atitudes entre mulheres e homens na procura, no acesso, no tratamento e no atendimento junto do Sistema Nacional de Saúde (SNS); e garantir a mulheres e homens o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos;
6. eixo «ambiente e território» tem como objetivo valorizar o contributo das mulheres e dos homens no domínio ambiental e na conservação do património;
7. eixo «atividade física e desporto» tem como objetivo fomentar a não-discriminação em função do sexo nas políticas e práticas desportivas; e
8. eixo «cultura» tem como objetivo promover uma visibilidade equitativa de mulheres e homens em todas as áreas de criação e produção cultural e fomentar a igualdade de oportunidades na fruição e no acesso à cultura.

Na área da «*cidadania e género*», o III PNI (PCM, 2007b) estabelecia como objetivos: promover a representação equilibrada de mulheres e homens na tomada de decisão; promover a igualdade de género na linguagem; sensibilizar a comunicação social para a igualdade de género e a sua responsabilidade na alteração de estereótipos e para a promoção da cidadania; promover a cidadania participativa; dinamizar o envolvimento das Autarquias no reforço da cidadania; e mobilizar a sociedade civil para uma participação responsável.

Na área da «*violência de género*», o III PNI (PCM, 2007b) estabelecia como objetivo combater e prevenir a violência que tenha origem em discriminações de género, tendo em vista fomentar a responsabilidade social das empresas, públicas e privadas, e parceiros sociais na promoção de iniciativas que combatam a violência de género, bem como prevenir, combater e denunciar o assédio sexual e moral no local de trabalho e a violência de género nos espaços públicos e privados, para além de promover o incentivo às vítimas de violência de género, com especiais problemas de inserção social, à requalificação profissional pelo acesso aos programas de novas oportunidades ou de empreendedorismo social, designadamente às modalidades de dupla certificação e/ou Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Na área da «*perspetiva de Género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento*», o III PNI (PCM, 2007b) previa dois eixos estruturantes, sendo para cada um estabelecidos objetivos, nomeadamente:

1. eixo «União Europeia» tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da perspectiva de género na UE com factor decisivo no aprofundamento do projecto europeu e no fortalecimento da coesão europeia; e
2. eixo «cooperação para o desenvolvimento» tem como objetivos: contribuir para o desenvolvimento das abordagens internacionais em matéria de igualdade de género; e apoiar os programas da cooperação portuguesa que contemplem a perspetiva da igualdade de género.

Em 2011 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministro n.º 5/2011, de 18 de janeiro (PCM, 2011), que instituiu o **IV Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-Discriminação** (2011-2013), pretendendo:

“Afirmar a igualdade como factor de competitividade e desenvolvimento, numa tripla abordagem. Por um lado, o reforço da transversalização da dimensão de género, como requisito de boa governação, de modo a garantir a sua integração em todos os domínios de actividade política e da realidade social, para se construir uma cidadania plena nas esferas pública e privada. Por outro, a conjugação desta estratégia com acções específicas, incluindo acções positivas, destinadas a ultrapassar as desigualdades que afectam as mulheres em particular. E ainda, a introdução da perspectiva de género em todas as áreas de discriminação, prestando um olhar particular aos diferentes impactos desta junto dos homens e das mulheres.” (PCM, 2011: 296).

Este Plano (PCM, 2011) definia 14 áreas estratégicas: Integração da Dimensão de Género na Administração Pública, Central e Local, como Requisito de Boa Governação; Independência

Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal; Educação e Ensino Superior e Formação ao Longo da Vida; Saúde; Ambiente e Organização do Território; Investigação e Sociedade do Conhecimento; Desporto e Cultura; Media, Publicidade e Marketing; Violência de Género; Inclusão Social; Orientação Sexual e Identidade de Género; Juventude; Organizações da Sociedade Civil; Relações Internacionais, Cooperação; e Comunidades Portuguesas.

No desenvolvimento das 14 áreas estratégicas, o IV PNI (PCM, 2011: 296) previa adotar 97 medidas, das quais se destacam as seguintes:

- “i) Integrar a perspectiva de género em todos os domínios de acção política;*
- ii) Implementar em cada ministério um plano para a igualdade;*
- iii) Determinar o impacto das despesas efectuadas pelos ministérios na promoção da igualdade de género - gender budgeting;*
- iv) Promover a implementação de planos municipais para a igualdade nas autarquias;*
- v) Promover a implementação de planos para a igualdade nas empresas do sector empresarial do Estado;*
- vi) Apoiar o empreendedorismo feminino, nomeadamente através do recurso ao microcrédito;*
- vii) Implementar guiões para a igualdade e cidadania em todos os níveis de ensino;*
- viii) Combater a feminização do VIH/sida;*
- ix) Criar um prémio anual para os municípios, designado «Viver em igualdade»;*
- x) Atribuir a distinção «Mulheres criadoras de cultura»;*
- xi) Promover o prémio «Mulheres e homens na comunicação social»;*
- xii) Prevenir e combater o assédio moral e sexual no local de trabalho;*
- xiii) Combater as assimetrias salariais no mercado de trabalho;*
- xiv) Promover a emancipação e empoderamento de jovens mulheres para a participação e cidadania activa;*
- xv) Garantir a transversalização do género na política internacional.”*

Atualmente encontra-se em vigor o **V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não-Discriminação** (2014-2017), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 103/2013, de 31 de dezembro (PCM, 2013: 7036), que pretende:

“Reforçar a intervenção nos domínios da educação, saúde e mercado de trabalho, por se considerar que estas áreas são merecedoras de um maior investimento no sentido do alargamento e aprofundamento das respetivas medidas.”

O V PNI (PCM, 2013: 7038) estrutura-se em torno de sete áreas estratégicas, a saber:

- “1) Integração da Perspetiva da Igualdade de Género na Administração Pública Central e Local;*
- 2) Promoção da Igualdade entre Mulheres e Homens nas Políticas Públicas:*
 - 2.1) Educação, Ciência e Cultura;*
 - 2.2) Saúde;*
 - 2.3) Juventude e Desporto;*
 - 2.4) Inclusão Social e Envelhecimento;*
 - 2.5) Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;*
- 3) Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar e Pessoal;*
- 4) Orientação Sexual e Identidade de Género;*
- 5) Organizações não-governamentais;*
- 6) Comunicação Social;*
- 7) Cooperação.”*

Na área da «*integração da perspetiva da igualdade de género na administração pública central e local*», o V PNI (PCM, 2013) estabelecia como objetivos estratégicos, concretizáveis através de 13 medidas: garantir a centralidade das políticas para a igualdade de género na estrutura da governação; promover a transversalidade das políticas para a igualdade de género em todas as outras políticas; capacitar os agentes da administração pública central e local, através de formação inicial e contínua; recolher e tratar dados estatísticos, desagregados por sexo, e assegurar a sua disseminação regular; e reforçar a cooperação com as autarquias.

Na área da «*promoção da igualdade entre mulheres e homens nas políticas públicas*», o V PNI (PCM, 2013) estabelecia como objetivos estratégicos, concretizáveis através de 27 medidas: conceber, implementar e monitorizar políticas públicas integrando a dimensão da igualdade de género; promover e difundir a investigação científica realizada nesta área; estruturar o planeamento e a formulação das políticas públicas e avaliar o seu impacto na perspetiva da igualdade de género; reduzir as assimetrias de género em todas as áreas sectoriais através do aumento da eficácia e da eficiência das políticas públicas; contribuir para a compreensão da exclusão social e da desigualdade de género enquanto fenómenos intercomunicantes; sensibilizar os diferentes profissionais que trabalham no domínio da inclusão social e junto de populações vulneráveis, para a integração da dimensão de género nas suas práticas; promover competências de base necessárias à construção e desenvolvimento de projetos de vida inclusivos junto de grupos específicos de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, designadamente mulheres rurais, mulheres imigrantes e mulheres idosas;

contribuir para a prevenção dos múltiplos fatores que estão na origem da condição de maior vulnerabilidade da população idosa em vários domínios; e integrar a dimensão da igualdade de género nas políticas do ambiente, ordenamento do território e energia.

Na área da «*independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal*», o V PNI (PCM, 2013) estabelecia como objetivos estratégicos, concretizáveis através de 9 medidas: reduzir as desigualdades que persistem entre mulheres e homens no mercado de trabalho, designadamente ao nível salarial; promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa e divulgar boas práticas; incentivar a implementação de planos para a igualdade nas empresas privadas e monitorizar o cumprimento das normas relativas à implementação desses planos no sector empresarial do Estado; e reforçar os mecanismos de acesso das mulheres a lugares de decisão económica.

Na área da «*orientação sexual e identidade de género*», o V PNI (PCM, 2013) estabelecia como objetivos estratégicos, concretizáveis através de 5 medidas: prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género; promover a sensibilização de toda a sociedade portuguesa para esta problemática; e garantir a implementação e monitorização dos compromissos internacionais, aos quais Portugal está vinculado, em matéria de não-discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género.

Na área da «*organizações não-governamentais (ONG)*», o V PNI (PCM, 2013) estabelecia como objetivo estratégico, concretizável através de 3 medidas, reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação. Na área da «*comunicação social*», o V PNI (PCM, 2013) estabelecia como objetivos estratégicos, concretizáveis através de 4 medidas: capacitar os profissionais de comunicação, em particular jornalistas, para a introdução da dimensão de género nos conteúdos por si produzidos e editados; criar mecanismos de sinalização de conteúdos jornalísticos e publicitários sexistas e estereotipados do ponto de vista do género; e promover a sensibilização do público em geral sobre as questões da igualdade de género e não-discriminação, com recurso ao meio de comunicação privilegiado, que é a televisão.

Por último, na área da «*cooperação*», o V PNI (PCM, 2013) estabelecia como objetivos estratégicos, concretizáveis através de 9 medidas: participar ativamente nos principais congressos internacionais em matéria de igualdade de género; disseminar, implementar e monitorizar as orientações internacionais às quais Portugal se encontra vinculado, em matéria de igualdade de género; promover a transversalização da igualdade de género em todas as políticas de cooperação internacional; e multiplicar as medidas de promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas.

Assim, o V Plano (PCM, 2013) destaca a Administração Local como um elemento imprescindível à descentralização das políticas públicas de igualdade de género, intensificando-se a promoção e implementação dos Planos Municipais para a Igualdade de Género (PMIG) e um conjunto de outras medidas destinadas à promoção da formação em igualdade de género, com destaque para as ações de sensibilização para a integração da perspetiva de género nas organizações e nas políticas locais (Silva, 2014). Adicionalmente também pretende reforçar a cooperação com as ONG na promoção da igualdade de género, cidadania e não-discriminação, bem como prevenir e combater todas as formas de discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, entre outras dimensões.

1.4 Considerações Finais

A «*Plataforma de Acção de Pequim*» consagrou o conceito de género, o qual permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspeto biológico para uma compreensão das relações entre mulheres e homens como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação (Viotti, 2006). Deste modo, reconhece-se que a desigualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e não uma situação decorrente de problemas económicos ou sociais.

Neste sentido, é importante destacar o empenho da Comissão Europeia, que, através da sua comunicação COM (2010) 78 final (CE, 2010), publica «*Uma Carta das Mulheres*», de forma a combater as desigualdades entre mulheres e homens, especificando para que isso seja possível é necessário melhorar a distribuição dos postos de trabalho entre os sexos no mercado de trabalho, corrigir a disparidade de remuneração entre mulheres e homens, que a representação das mulheres e dos homens nos cargos de poder na vida pública e na economia seja mais equilibrada, promover uma maior participação das mulheres em postos de responsabilidade, eliminar as desigualdades entre os sexos no que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde, erradicar todas as formas de violência e prestar apoio a todas as pessoas por ela afetadas e erradicar a mutilação genital feminina.

Desta forma, a Comissão Europeia reafirma o seu empenho na continuação da política de igualdade entre os sexos nas relações com os países terceiros, na sensibilização para os direitos das mulheres e em impulsionar a aplicação dos instrumentos internacionais existentes, incentivando a cooperação com organizações internacionais e regionais para o progresso da igualdade entre os sexos, utilizando plenamente toda a gama de instrumentos e recursos disponíveis (CE, 2010).

Em Portugal, a integração da dimensão da igualdade de género nas diferentes áreas da sociedade portuguesa consubstanciou-se nos Planos Nacionais para a Igualdade, os quais pretenderam reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica e cultural, para além da cooperação para o desenvolvimento como parte integrante das suas prioridades.

A Lei da Paridade e seus Antecedentes

2.1 Enquadramento

Face ao exposto no ponto anterior, desde que foi fundada a UE, a promoção da igualdade de género tem estado presente nas suas propostas e programas, nomeadamente no Tratado de Amesterdão (1999), no Tratado de Lisboa (2009) e em outros atos legislativos que têm vindo a promover a igualdade entre mulheres e homens, a diferentes níveis: ao nível da remuneração; do acesso ao emprego e à formação; da proteção social; da proteção na parentalidade; do acesso a bens e serviços; do combate ao assédio sexual, entre outros (Pernas *et al.*, 2008). Por exemplo, o Tratado de Lisboa confirmou o princípio da igualdade democrática, em que todos os cidadãos são iguais perante as instituições (CIG, 2015).

Em Portugal, a igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios foi estabelecida por via da entrada em vigor em 2 de abril de 1976 da CRP (AR, 2005), tendo um ano mais tarde sido institucionalizada a Comissão da Condição Feminina (CCF), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 485/77, de 17 de novembro (PCM, 1977). Em 1979 é publicado o Decreto-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro (MT, 1979), que visou garantir às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego, por proposta da CCF. Este Decreto-Lei foi promovido através da criação, nesse mesmo ano, da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

De facto, com a criação da democracia e a aprovação da Constituição de 1976 foram também estabelecidas as condições políticas e jurídicas para que todos os cidadãos portugueses pudessem usufruir do pleno direito de votar e de serem eleitos para todos os cargos políticos (Barreiros, 2012). Após o 25 de Abril de 1974 ocorreram, sucessivamente, reformas que permitiram que as desigualdades jurídicas e as injustiças sociais de que as mulheres eram vítimas até então fossem parcialmente atenuadas (Barreiros, 2012).

Assim sendo, neste capítulo aborda-se a Lei da Paridade e os seus antecedentes. No ponto 2.2 é enunciado o papel das mulheres portuguesas na história constitucional portuguesa, para no ponto 2.3 se apresentar e discutir a Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a). Por último, no ponto 2.4, tecem-se algumas considerações finais.

2.2 Mulheres Portuguesas na História Constitucional Portuguesa

A CRP, através do estabelecimento do princípio da igualdade, previsto no artigo 13.º (AR, 2005: 4644), define que:

- “1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*
- 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”*

A partir daqui, o princípio da igualdade, e particularmente o da igualdade de género, passou a ser transversal na legislação de diferentes áreas (Santos, 2013), tendo ao nível do poder político e tomada de decisão a CRP estabelecido, no seu artigo 48.º (AR, 2005: 4649) que:

“Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.”

e no artigo 50.º que:

“Todos os cidadãos têm o direito de acesso, em condições de igualdade e liberdade, aos cargos públicos.”

Sendo que, o artigo 109.º (AR, 2005: 4659) reforça que:

“A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.”.

Assim sendo, a representação da população portuguesa por parte de mulheres deixou de ser impensável há muito, e muitos são os casos de sucesso e de destaque, de Deputadas a Ministras de Portugal, como foi o caso de **Maria de Lourdes Pintasilgo** (nascida em 1930), a qual foi a primeira e única mulher que desempenhou até hoje, em Portugal, o cargo de Primeira-Ministra, ao chefiar o V Governo Constitucional, em funções de julho de 1979 a janeiro de 1980 (Barreiros, 2012).

Licenciada em Engenharia Químico-Industrial, em 1953, numa altura em que poucas mulheres seguiam esse curso, **Maria de Lourdes Pintasilgo** foi nomeada Secretária de Estado da Segurança Social no I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, tendo-se ocupado da pasta dos Assuntos Sociais nos II e III Governos Provisórios, chefiados por Vasco Gonçalves (Barreiros, 2012). Ainda presidiu à CCF, onde permaneceu em funções até tomar posse como Embaixadora

junto da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, Ciência e Cultura, e foi eleita, em 1976, por um mandato de quatro anos, como membro do Conselho Executivo da UNESCO.

Em Julho de 1979, *Maria de Lourdes Pintasilgo* foi indigitada pelo Presidente da República Ramalho Eanes para formar um Governo de gestão, incumbido de preparar as eleições legislativas intercalares marcadas para Novembro desse mesmo ano. Não obstante se ter tornado na primeira mulher a ocupar este cargo em Portugal, esta vitória das mulheres não teve o impacto que teria se tivesse sido eleita pela população portuguesa, como Primeira-Ministra (Barreiros, 2012).

Em 1986, *Maria de Lourdes Pintasilgo* foi candidata independente às eleições presidenciais, que foram as mais competitivas e polarizadas do regime democrático português, onde pela primeira vez os candidatos eram civis e não militares. Sem qualquer apoio partidário e gozando do prestígio que recolhera enquanto Primeira-Ministra, *Maria de Lourdes Pintasilgo* formalizou a sua candidatura no dia 9 de Dezembro de 1985 com cerca de 15.000 assinaturas e surgiu como a candidata mais bem posicionada nas sondagens, recolhendo elevadas percentagens das intenções de voto, no entanto, na primeira volta foi superada pelos candidatos de esquerda dotados de apoios dos partidos políticos (Barreiros, 2012).

Anos mais tarde, ***Manuela Ferreira Leite*** (nascida em 1940) tornou-se, em 2008, na primeira líder feminina de um partido político em Portugal, quando se tornou Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata (PSD), tendo, em 2009, sido candidata a Primeira-Ministra do país, mas uma margem de 8% retirou-a da corrida a Primeira-Ministra, sendo a vitória concedida ao Partido Socialista (Barreiros, 2012).

Licenciada em Economia com distinção, pelo Instituto Superior de Ciência Económicas e Financeiras (ISCEF), *Manuela Ferreira Leite* tornou-se bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian em 1963, para estudar os aspetos económicos da educação. Em 1977 tornou-se coordenadora do Núcleo de Finanças Públicas e Mercado de Capitais do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, cargo que exerceu até 1986 (Barreiros, 2012).

Na política, *Manuela Ferreira Leite* entrou pela mão de Aníbal Cavaco Silva, seu colega na Fundação Calouste Gulbenkian, tendo no VI Governo Constitucional, chefiado por Francisco Sá Carneiro, assumindo funções como Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças e Plano, até 1981 (Barreiros, 2012). Seria também Cavaco Silva a nomeá-la Secretária de Estado do Orçamento no XI Governo Constitucional, em 1990, e em 1991, no XII Governo Constitucional, foi nomeada Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento até 1993 e como Ministra da Educação até 1995 (Barreiros, 2012).

Em 1995 foi eleita pelo círculo de Évora para a AR, sendo reeleita por Lisboa em 1999. Em 2002 ocupou o cargo de Ministra de Estado e das Finanças do XV Governo Constitucional, chefiado por José Manuel Durão Barroso, tendo sido a primeira mulher a assumi-lo (Barreiros, 2012).

Mais recentemente, **Assunção Cristas** (nascida em 1974) foi eleita, em 2016, Presidente do Partido Popular (CDS-PP), tendo sido no XIX Governo Constitucional, chefiado por Pedro Passos Coelho (entre junho de 2011 e julho de 2013), Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, e no XX Governo Constitucional (entre julho 2013 e outubro de 2015), Ministra da Agricultura e do Mar (AR, 2017a). Anteriormente, já tinha sido deputada na Assembleia da República, na X e XI Legislaturas, pelo distrito de Leiria, para além de ter sido membro da Comissão de Orçamento e Finanças e da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional e Pescas (AR, 2017a).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, doutorou-se em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde exerce atividade docente (AR, 2017a).

Em paralelo, também **Catarina Martins** (nascida em 1973) é desde 2012 Membro da Mesa Nacional e porta-voz da Comissão Política do Bloco de Esquerda (BE), para além de ter sido deputada na Assembleia da República na XI Legislatura (entre outubro de 2009 e junho de 2011) e na XII Legislatura (entre junho de 2011 e outubro de 2015) e reeleita na XIII Legislatura (desde outubro de 2015), pelo círculo eleitoral do Porto (AR, 2017b).

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade Aberta e Mestre em Linguística pela Universidade do Porto, frequenta o doutoramento em Didáctica das Línguas da Universidade do Porto (AR, 2017b). O seu percurso profissional leva-a ao envolvimento em movimentos culturais, tendo sido Presidente da Direcção da PLATEIA – Associação de Profissionais das Artes Cénicas, co-fundadora, em 1994, da Companhia de Teatro de Visões Úteis e directora do CITAC – Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra.

Face ao exposto, e apesar do reconhecimento dos direitos das mulheres à participação política e o interesse da sociedade, em geral, na complementaridade dos géneros em todas as áreas, continua atual a opinião de Silva (2002: 62), quando argumentava que o poder político é fortemente masculino e:

“(...) não é de esperar uma mudança espontânea no acesso das mulheres ao poder político, com a rapidez desejável”.

Como refere Krook (2009), os esforços para aumentar o número de mulheres em cargos políticos raramente acontecem na ausência de mobilização de mulheres, sendo que o ativismo das mulheres só é considerado quando um líder masculino bem posicionado no partido abraça também a causa e a promove internamente, pese embora seja decisivo que exista pressão por parte das mulheres para que se dêem passos significativos. Para Viegas e Faria (2001: 41), nenhuma força política com assento parlamentar em Portugal tem instituído qualquer entrave formal à participação de mulheres, pese embora considerem que:

“na organização interna dos partidos, a eleição ou nomeação para os órgãos de poder requer militância continuada, grande disponibilidade de tempo e capacidade de afirmação na luta política – características ou recursos menos presentes na generalidade das mulheres”.

2.3 Lei da Paridade em Portugal

Segundo Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2003: 311), a «paridade» corresponde a um conceito e objetivo:

“(...) através do qual se pretende reconhecer igual valor a pessoas de ambos os sexos, dar visibilidade à igual dignidade de homens e mulheres, renovar a organização social de modo a que mulheres e homens partilhem, de facto, direitos e responsabilidades, não sendo reduzidos a espaços e funções predeterminadas por hábitos e preconceitos, mas usufruindo de plena igualdade e liberdade a todos os níveis e em todas as esferas.”.

Para Krook (2009), por «políticas de paridade» entre sexos entende-se qualquer uma das medidas específicas que os sistemas políticos adoptam para aumentar o número de mulheres eleitas para cargos políticos, correspondendo os três principais tipos de medidas de paridade a: lugares reservados; quotas voluntárias dos partidos; e quotas que adquirem força de lei, enquanto parte da lei eleitoral ou obrigação constitucional.

Em Portugal, a expressão “participação (...) de homens e das mulheres”, constante do artigo 109.º (AR, 2005: 4659), foi introduzida na revisão constitucional de 1997, substituindo a expressão até então vigente “participação (...) dos cidadãos”. A partir desta data, a participação política das mulheres foi sendo questionada, culminando com a publicação da Lei da Paridade, através da Lei

Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a)², alterada pela Declaração de Rectificação n.º 71/2006, de 4 de outubro (AR, 2006b), que estabeleceu que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais devem, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º da mesma Lei, ser elaboradas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

Deste modo, o n.º 2 do artigo 2.º da referida Lei (AR, 2006a) refere que as listas plurinominais apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista. Segundo Barreiros (2012), esta especificação é importante:

“na medida em que pretende combater uma prática desagradável e discriminatória por parte dos partidos políticos. Com a entrada em vigor da Lei da Paridade, a prática de colocar as mulheres no limiar da previsível elegibilidade é inviabilizada através da determinação da impossibilidade de apresentação, na ordenação das listas para círculos plurinominais, de dois candidatos do mesmo sexo colocados consecutivamente.”.

Caso uma das listas candidatas não observar o disposto na Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a), o artigo 3.º da presente lei estabelece que o mandatário da lista, seja notificado nos termos fixados na lei eleitoral aplicável de forma a proceder à sua correção no prazo estabelecido pela mesma lei. O artigo 4.º da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a) refere que a não correção das listas de candidatura nos prazos estabelecidos na respectiva lei eleitoral determina a afixação pública das listas com a indicação da sua desconformidade à presente lei; a sua divulgação através do sítio da *Internet* da Comissão Nacional de Eleições com a indicação da desconformidade e a redução do montante de subvenções públicas para as campanhas eleitorais nos termos do artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a).

O artigo 5.º da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a) refere os deveres de divulgação e estabelece que as listas que, não respeitando a paridade tal como definida nesta lei, não sejam objecto da correcção prevista no artigo 3.º da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a) são afixadas à porta do edifício do tribunal respectivo com a indicação de que contêm irregularidades nos termos da lei da paridade e comunicadas, no prazo de quarenta e oito horas, à Comissão Nacional de Eleições.

² Antes desta publicação, já em 1998/1999 tinha sido feita uma tentativa para aprovar a Lei das Quotas, a qual, apesar de não ter sido aprovada, contribuiu para a consciencialização da sociedade, em geral, e dos políticos, em particular, para a questão da não-discriminação entre homens e mulheres (Ferreira *et al.*, 2015).

Esta orientação de paridade entre sexos pressupõe a conjunção das “*noções de igualdade e de representação já consolidadas ou em vias de o ser*” (Krook, 2009), ou seja, a correlação entre a adoção da paridade e os partidos de esquerda, já que estes estão geralmente mais abertos a medidas que são vistas como promotoras de uma maior igualdade social (Martins, 2011). Deste modo, a Lei da Paridade, além de ter representado um marco importante na promoção da igualdade entre mulheres e homens, foi relevante pela transformação que promoveu num sistema eleitoral que permaneceu durante muitos anos alheio a alterações, por inércia do sistema de interesses instalados (Cruz, 2000; Jalali, 2007). Deste modo, Portugal seguiu a tendência internacional das “quotas legislativas” (Krook, 2009; Squires, 2007), particularmente recomendada na «*Plataforma de Acção de Pequim*», a qual aconselhava os Estados-membros a tomarem medidas para assegurar o igual acesso e a plena participação das mulheres nas estruturas de poder, bem como a aumentar a capacidade das mesmas na decisão política (Krook, 2009).

No entanto, segundo Santos e Amâncio (2012), a aplicação da Lei da Paridade teve um sucesso relativo nas eleições legislativas, pois, apesar de todos os partidos políticos cumprirem a lei na constituição das listas eleitorais, que se refletiu no aumento da representação das mulheres portuguesas na política, essa representação na AR continuou abaixo dos 33% requeridos pela lei.

Nestes termos, a literatura tem apontado vários fatores para a expulsão das mulheres da política (Bettencourt e Pereira, 1995), os quais podem contribuir para esse défice democrático e para justificar as diferenças existentes entre os países, nomeadamente: os movimentos sociais de fundo; as alterações das mentalidades; e os progressos económicos (Pintat, 1997). Já Norris e Inglehart (2001) destacam três grandes fatores, a nível mundial: os fatores socioeconómicos (por exemplo, ao nível da educação e do rendimento), fatores culturais (por exemplo, atitudes relativamente aos papéis de género) e fatores institucionais (por exemplo, o tipo de sistema eleitoral e a adoção ou não do sistema de quotas). Como refere Krook (2009: 5), a adoção de sistemas de quotas:

“(...) ilumina as práticas de recrutamento das elites políticas, indicando que os actores e as dinâmicas políticas, e não forças vagas de desenvolvimento, são o factor central na produção ou redução das desigualdades na representação política”.

2.4 Considerações Finais

Segundo Silva (2014), as políticas para a igualdade de género devem assegurar e garantir a integração da perspectiva de género em todas as áreas e envolver toda a sociedade, desde logo porque os desequilíbrios entre mulheres e homens continuam a existir, sendo manifesta a necessidade de integrar novas estratégias e métodos, de modo a colocar a questão da igualdade de género ao mais alto nível estrutural e abrangendo um maior número de atores possível. De facto, a igualdade de género só é possível com a concretização de um conjunto de objetivos, como sejam: iguais direitos humanos das mulheres e dos homens; representação democrática; independência económica; e adaptação da educação a uma partilha de responsabilidades entre homens e mulheres, permitindo às sociedades assegurar o bem-estar privado e público dos dois géneros (CIDM, 1999).

Em Portugal, a Lei da Paridade veio tentar colmatar a assimetria que existia entre o número de deputados homens e o número de deputadas mulheres na AR, representando, por isso, um marco significativo na promoção da igualdade entre mulheres e homens a nível nacional. Contudo, o sistema eleitoral português não tem sido sujeito a alterações ou revisões devido a uma certa inércia dos principais partidos e sistemas de interesses instalados (Jalali, 2007), tal como previa o artigo 8.º da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a), já que definia que decorridos cinco anos sobre a entrada em vigor da referida lei, ou seja, pós 2011, a AR avaliaria o seu impacto na promoção da paridade entre mulheres e homens e procederá à sua revisão de acordo com essa avaliação.

PARTE II – ANÁLISE PRÁTICA

Assembleia da República: Caso de Estudo

3.1 Enquadramento

Em Portugal o Parlamento é constituído por uma única Câmara, designada Assembleia da República, sendo “*representativa de todos os cidadãos portugueses*” (AR, 2005) e um dos órgãos de soberania consagrados na CRP, além do Presidente da República, do Governo e dos Tribunais. A Assembleia da República funciona por legislatura, que tem a duração de quatro sessões legislativas e cada sessão legislativa tem a duração de um ano, com início a 15 de Setembro. O período normal de funcionamento da AR é de 15 de Setembro a 15 de Junho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia deliberar por maioria de dois terços dos Deputados presentes (AR, 2005).

As competências e as regras de funcionamento da Assembleia da República e os direitos e deveres dos seus membros encontram-se definidos na CRP e no Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de Outubro (AR, 2010), que alterou o Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto de 2007 (AR, 2007a), retificado pela Declaração de Retificação n.º 96-A/2007, de 19 de setembro (AR, 2007b), e no Estatuto dos Deputados, aprovado inicialmente pela Lei n.º 5/76, de 10 de setembro (AR, 1976), com vista a dar execução às disposições constitucionais respeitantes ao estatuto dos deputados e é condição indispensável ao normal funcionamento da AR. Este Estatuto já sofreu inúmeras alterações, de que se destacam as introduzidas pelas Lei n.º 7/93, de 1 de março (AR, 1993), Lei n.º 24/95, de 18 de agosto (AR, 1995), Lei n.º 55/98, de 18 de agosto (AR, 1998), Lei n.º 45/99, de 16 de junho (AR, 1999), Lei n.º 45/2006, de 25 de agosto (AR, 2006c), Lei n.º 43/2007, de 24 de agosto (AR, 2007c) e Lei n.º 16/2009, de 1 de abril (AR, 2009).

Deste modo, no ponto 3.2 realiza-se uma breve análise das competências da AR, evidenciando as competências políticas e legislativas, de fiscalização e ainda outras relativamente a outros órgãos. No ponto 3.3 faz-se referência à organização e funcionamento da AR, para no ponto 3.4 se retratarem os deputados e os grupos parlamentares. Por último, no ponto 3.5 sistematizam-se as considerações finais.

3.2 Competências da Assembleia da República

A Assembleia da República detém competências políticas e legislativas, de fiscalização e ainda outras relativamente a outros órgãos. Quanto às **competências políticas e legislativas**, as mesmas estão reguladas nos termos do artigo 161.º da CRP (AR, 2005: 4666):

- “a) Aprovar alterações à Constituição (...);*
- b) Aprovar os estatutos político-administrativos e as leis relativas à eleição dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;*
- c) Fazer leis sobre todas as matérias, salvo as reservadas pela Constituição ao Governo;*
- d) Conferir ao Governo autorizações legislativas;*
- e) Conferir às Assembleias Legislativas das regiões autónomas as autorizações previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição;*
- f) Conceder amnistias e perdões genéricos;*
- g) Aprovar as leis das grandes opções dos planos nacionais e o Orçamento do Estado, sob proposta do Governo;*
- h) Autorizar o Governo a contrair e a conceder empréstimos e a realizar outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante, definindo as respectivas condições gerais, e estabelecer o limite máximo dos avales a conceder em cada ano pelo Governo;*
- i) Aprovar os tratados, designadamente os tratados de participação de Portugal em organizações internacionais, os tratados de amizade, de paz, de defesa, de rectificação de fronteiras e os respeitantes a assuntos militares, bem como os acordos internacionais que versem matérias da sua competência reservada ou que o Governo entenda submeter à sua apreciação;*
- j) Propor ao Presidente da República a sujeição a referendo de questões de relevante interesse nacional;*
- l) Autorizar e confirmar a declaração do estado de sítio e do estado de emergência;*
- m) Autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e a fazer paz;*
- n) Pronunciar-se, nos termos da lei, sobre as matérias pendentes de decisão em órgãos no âmbito da União Europeia que incidam na esfera da sua competência legislativa reservada;*
- o) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Constituição e pela lei.”*

Ainda relativamente às competências legislativas, o artigo 164.º da CRP (AR, 2005: 4667) refere quais as matérias de reserva absoluta, ou seja, as matérias sobre as quais só a AR pode legislar:

- “a) Eleições dos titulares dos órgãos de soberania;*
- b) Regimes dos referendos;*

- c) Organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional;*
- d) Organização da defesa nacional, definição dos deveres dela decorrentes e bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas;*
- e) Regimes do estado de sítio e do estado de emergência;*
- f) Aquisição, perda e reaquisição da cidadania portuguesa;*
- g) Definição dos limites das águas territoriais, da zona económica exclusiva e dos direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos;*
- h) Associações e partidos políticos;*
- i) Bases do sistema de ensino;*
- j) Eleições dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;*
- l) Eleições dos titulares dos órgãos do poder local ou outras realizadas por sufrágio directo e universal, bem como dos restantes órgãos constitucionais;*
- m) Estatuto dos titulares dos órgãos de soberania e do poder local, bem como dos restantes órgãos constitucionais ou eleitos por sufrágio directo e universal;*
- n) Criação, extinção e modificação de autarquias locais e respectivo regime, sem prejuízo dos poderes das regiões autónomas;*
- o) Restrições ao exercício de direitos por militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo, bem como por agentes dos serviços e forças de segurança;*
- p) Regime de designação dos membros de órgãos da União Europeia, com excepção da Comissão;*
- q) Regime do sistema de informações da República e do segredo de Estado;*
- r) Regime geral de elaboração e organização dos orçamentos do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais;*
- s) Regime dos símbolos nacionais;*
- t) Regime de finanças das regiões autónomas;*
- u) Regime das forças de segurança;*
- v) Regime da autonomia organizativa, administrativa e financeira dos serviços de apoio do Presidente da República.”.*

Também existem competências legislativas, reguladas nos termos do artigo 165.º da CRP (AR, 2005: 4667-4668), que são da exclusiva competência da AR, mas sobre as quais o Governo pode legislar mediante uma autorização legislativa da Assembleia:

- “a) Estado e capacidade das pessoas;*
- b) Direitos, liberdades e garantias;*
- c) Definição dos crimes, penas, medidas de segurança e respectivos pressupostos, bem como processo criminal;*

- d) Regime geral de punição das infracções disciplinares, bem como dos actos ilícitos de mera ordenação social e do respectivo processo;*
- e) Regime geral da requisição e da expropriação por utilidade pública;*
- f) Bases do sistema de segurança social e do serviço nacional de saúde;*
- g) Bases do sistema de protecção da natureza, do equilíbrio ecológico e do património cultural;*
- h) Regime geral do arrendamento rural e urbano;*
- i) Criação de impostos e sistema fiscal e regime geral das taxas e demais contribuições financeiras a favor das entidades públicas;*
- j) Definição dos sectores de propriedade dos meios de produção, incluindo a dos sectores básicos nos quais seja vedada a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza;*
- l) Meios e formas de intervenção, expropriação, nacionalização e privatização dos meios de produção e solos por motivo de interesse público, bem como critérios de fixação, naqueles casos, de indemnizações;*
- m) Regime dos planos de desenvolvimento económico e social e composição do Conselho Económico e Social;*
- n) Bases da política agrícola, incluindo a fixação dos limites máximos e mínimos das unidades de exploração agrícola;*
- o) Sistema monetário e padrão de pesos e medidas;*
- p) Organização e competência dos tribunais e do Ministério Público e estatuto dos respectivos magistrados, bem como das entidades não jurisdicionais de composição de conflitos;*
- q) Estatuto das autarquias locais, incluindo o regime das finanças locais;*
- r) Participação das organizações de moradores no exercício do poder local;*
- s) Associações públicas, garantias dos administrados e responsabilidade civil da Administração;*
- t) Bases do regime e âmbito da função pública;*
- u) Bases gerais do estatuto das empresas públicas e das fundações públicas;*
- v) Definição e regime dos bens do domínio público;*
- x) Regime dos meios de produção integrados no sector cooperativo e social de propriedade;*
- z) Bases do ordenamento do território e do urbanismo;*
- aa) Regime e forma de criação das polícias municipais.”*

Os diplomas aprovados pela AR denominam-se por decretos que, após promulgação e referendo, são publicados como Leis; estes são votados, em regra, por maioria simples (AR, 2015b). Algumas Leis, designadas por Leis Orgânicas, têm que ser aprovadas por maioria absoluta dos deputados em funções, por exemplo as eleições para a AR e Presidência da República (AR, 2015b). As Leis que

aprovam alterações à CRP chamam-se Leis Constitucionais e têm de ser aprovadas por maioria de 2/3 dos deputados em funções, enquanto as restantes deliberações da AR têm a forma de Resolução (AR, 2015b).

Relativamente às **competências de fiscalização**, nos termos do artigo 162.º da CRP (AR, 2005: 4666), compete à Assembleia da República:

- “a) Vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração;*
- b) Apreciar a aplicação da declaração do estado de sítio ou do estado de emergência;*
- c) Apreciar, para efeito de cessação de vigência ou de alteração, os decretos-leis, salvo os feitos no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, e os decretos legislativos regionais previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 227.º;*
- d) Tomar as contas do Estado e das demais entidades públicas que a lei determinar, as quais serão apresentadas até 31 de Dezembro do ano subsequente, como parecer do Tribunal de Contas e os demais elementos necessários à sua apreciação;*
- e) Apreciar os relatórios de execução dos planos nacionais.”.*

No que diz respeito às **competências quanto a outros órgãos**, nos termos do artigo 163.º da CRP (AR, 2005: 4666-4667), compete à Assembleia da República:

- “a) Testemunhar a tomada de posse do Presidente da República;*
- b) Dar assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional;*
- c) Promover o processo de acusação contra o Presidente da República por crimes praticados no exercício das suas funções e decidir sobre a suspensão de membros do Governo, no caso previsto no artigo 196.º;*
- d) Apreciar o programa do Governo;*
- e) Votar moções de confiança e de censura ao Governo;*
- f) Acompanhar e apreciar, nos termos da lei, a participação de Portugal no processo de construção da união europeia;*
- g) Eleger, segundo o sistema de representação proporcional, cinco membros do Conselho de Estado e os membros do Conselho Superior do Ministério Público que lhe competir designar;*
- h) Eleger, por maioria de dois terços dos Deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, dez juízes do Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça, o Presidente do Conselho Económico e Social, sete vogais do Conselho Superior da Magistratura, os membros da entidade de regulação da comunicação*

social, e de outros órgãos constitucionais cuja designação, nos termos da lei, seja cometida à Assembleia da República;

i) Acompanhar, nos termos da lei, o envolvimento de contingentes militares e de forças de segurança no estrangeiro.”.

Face ao exposto, a AR pode legislar sobre todas as matérias, excepto sobre aquelas que se referem à organização e funcionamento do Governo, havendo matérias sobre as quais só a AR pode legislar, ou seja, as matérias de reserva absoluta (por exemplo, sobre eleições, partidos políticos, orçamento do Estado, referendos, bases gerais do ensino e defesa nacional). Contudo, existem matérias que, apesar de serem da competência exclusiva da AR, o Governo pode legislar mediante uma autorização legislativa da AR (por exemplo, sobre direitos liberdades e garantias, definição de crimes e medidas de segurança, impostos e sistema fiscal, competências dos tribunais e serviços de informação). Adicionalmente compete à AR vigiar pelo cumprimento da CRP e das leis e apreciar os atos do Governo e da Administração.

3.3 Organização e Funcionamento da Assembleia

A organização e funcionamento da AR rege-se pelo Regimento da Assembleia da República, aprovado em 20 de agosto de 2007 (AR, 2007a) e retificado pela Declaração de Retificação n.º 96-A/2007, de 19 de setembro (AR, 2007b), com as alterações introduzidas pelo Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010). Assim, nos termos do artigo 175.º da CRP (AR, 2005), no início de cada Legislatura a AR elege, por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções, o seu Presidente, bem como os restantes membros da Mesa, e fixa o elenco das suas Comissões Parlamentares permanentes, podendo este ser alterado posteriormente por decisão do Plenário.

O **Presidente da AR** tem como principal função dirigir e coordenar os trabalhos da mesma e superintender a administração, os serviços e as forças de segurança ao serviço da AR, para além de substituir o Presidente da República em caso de impedimento temporário ou vagatura (isto é, estar vago) do cargo até à tomada de posse do novo Presidente eleito (PAR, 2015). O Presidente da AR é eleito na primeira reunião plenária da legislatura, por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções, tendo o mandato a mesma duração - quatro anos (PAR, 2015).

As competências do Presidente da AR, quanto aos trabalhos da Assembleia, encontram-se consagradas no n.º 1 do artigo 16.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4481):

- “a) Representar a Assembleia e presidir à Mesa;*
- b) Marcar as reuniões plenárias e fixar a ordem do dia de harmonia com o disposto nos artigos 59.º e seguintes;*
- c) Admitir ou rejeitar os projectos e as propostas de lei ou de resolução, os projectos de deliberação e os requerimentos, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para a Assembleia;*
- d) Submeter às comissões parlamentares competentes, para efeito de apreciação, o texto dos projectos ou propostas de lei e dos tratados ou acordos, indicando, se o tema respeitar a várias, qual de entre elas é responsável pela preparação do parecer referido no n.º 1 do artigo 129.º, cabendo à outra ou outras habilitar aquela com os respectivos contributos;*
- e) Promover a constituição das comissões parlamentares, acompanhar e incentivar os respectivos trabalhos e velar pelo cumprimento dos prazos que lhes forem fixados pela Assembleia;*
- f) Promover a constituição das delegações parlamentares, acompanhar e incentivar os respectivos trabalhos e velar para que contribuam para a visibilidade externa e para o prestígio da Assembleia e do País;*
- g) Dinamizar a constituição dos grupos parlamentares de amizade, das comissões mistas interparlamentares e de outros organismos que se ocupem do diálogo da Assembleia com os países amigos de Portugal, acompanhar e incentivar os respectivos trabalhos e velar pelo cumprimento dos regulamentos sobre a matéria;*
- h) Convocar os presidentes das comissões parlamentares e das subcomissões para se inteirar dos respectivos trabalhos;*
- i) Receber e encaminhar para as comissões parlamentares competentes as representações ou petições dirigidas à Assembleia;*
- j) Propor suspensões do funcionamento efectivo da Assembleia;*
- l) Presidir à Comissão Permanente;*
- m) Presidir à Conferência de Líderes;*
- n) Presidir à Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares;*
- o) Pedir parecer à comissão parlamentar competente sobre conflitos de competências entre comissões parlamentares;*
- p) Mandar publicar no Diário da República as resoluções da Assembleia (...);*
- q) Manter a ordem e a disciplina, bem como a segurança da Assembleia, podendo para isso requisitar e usar os meios necessários e tomar as medidas que entender convenientes;*

- r) Ordenar rectificações no Diário;
- s) *Apreciar a regularidade das candidaturas apresentadas por Deputados para cargos electivos, bem como anunciar os resultados da eleição e proclamar os candidatos eleitos;*
- t) *Superintender o pessoal ao serviço da Assembleia;*
- u) *Em geral, assegurar o cumprimento do Regimento e das deliberações da Assembleia.”.*

Por seu lado, o n.º 2 do artigo 16.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4481), refere que ainda compete ao Presidente da AR, ouvida a Conferência de Líderes:

- “a) Promover a criação de gabinetes de atendimento aos eleitores a funcionar nos círculos eleitorais;*
- b) Estabelecer protocolos de acordo e de assistência com as universidades;*
- c) Superintender o portal da Assembleia da República na Internet e o Canal Parlamento;*
- d) Convidar, a título excepcional, individualidades nacionais e estrangeiras a tomar lugar na sala das reuniões plenárias e a usar da palavra.”.*

Ainda, no âmbito das reuniões plenárias e nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4482), compete ao Presidente da Assembleia:

- “a) Presidir às reuniões plenárias, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento, e dirigir os respectivos trabalhos;*
- b) Conceder a palavra aos Deputados e aos membros do Governo e assegurar a ordem dos debates;*
- c) Dar oportuno conhecimento à Assembleia das mensagens, informações, explicações e convites que lhe sejam dirigidos;*
- d) Pôr à discussão e votação as propostas e os requerimentos admitidos.”.*

Relativamente às competências quanto aos deputados, nos termos do artigo 18.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4482), é da competência do Presidente da AR:

- “a) Julgar as justificações das faltas dos Deputados às reuniões plenárias (...);*
- b) Deferir os pedidos de substituição temporária, nos termos do Estatuto dos Deputados;*
- c) Receber e mandar publicar as declarações de renúncia ao mandato;*
- d) Promover junto da comissão parlamentar competente as diligências necessárias à verificação de poderes dos Deputados;*
- e) Dar seguimento aos requerimentos e perguntas apresentados pelos Deputados (...);*

f) Autorizar as deslocações de carácter oficial.”

No que diz respeito às competências relativamente a outros órgãos, nos termos do artigo 19.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4482) compete ao Presidente da Assembleia:

- “a) Enviar ao Presidente da República, para os efeitos da alínea b) do artigo 134.º da Constituição, os decretos da Assembleia da República;*
- b) Enviar ao Presidente da República, para os efeitos da alínea b) do artigo 135.º da Constituição, os tratados internacionais, depois de aprovados;*
- c) Comunicar, para os efeitos previstos no artigo 195.º da Constituição, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro os resultados das votações sobre moções de rejeição do programa do Governo, bem como sobre moções de confiança e de censura ao Governo;*
- d) Marcar, de acordo com o Governo, as reuniões plenárias em que os seus membros estão presentes para responder a perguntas e pedidos de esclarecimento dos Deputados;*
- e) Assinar os documentos expedidos em nome da Assembleia;*
- f) Chefiar as delegações da Assembleia de que faça parte.”*

De acordo com o artigo 22.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), a **Mesa da AR** é o órgão composto pelo Presidente da Assembleia, por quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro Vice-Secretários, sendo eleita pelo período da Legislatura. Em conformidade com o artigo 25.º do mesmo Regimento (AR, 2010: 4483), compete à Mesa:

- “a) Declarar, nos termos do artigo 3.º, a perda do mandato em que incorra qualquer Deputado;*
- b) Assegurar o cabal desempenho dos serviços de secretaria;*
- c) Estabelecer o regulamento da entrada e frequência das galerias destinadas ao público;*
- d) Em geral, coadjuvar o Presidente da Assembleia no exercício das suas funções.”*

No que se refere às reuniões plenárias, o artigo 26.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4483), explicita que compete à Mesa da Assembleia:

- “a) Integrar nas formas previstas no Regimento as iniciativas orais e escritas dos Deputados, dos grupos parlamentares e do Governo;*
- b) Decidir as questões de interpretação e integração de lacunas do Regimento;*
- c) Apreciar e decidir as reclamações relativas ao Diário.”*

Os deputados eleitos por cada partido, ou coligação, podem integrar-se em Grupo Parlamentar, sendo que, normalmente, existem tantos grupos parlamentares quantos os partidos representados na Assembleia da República (AR, 2015c). Os Grupos Parlamentares têm direitos, nomeadamente os de

indicar os seus representantes nas Comissões, apresentar projetos de lei, ser ouvidos sobre a fixação da ordem do dia e apresentar (através dos seus Presidentes) moções de censura ao Governo ou de rejeição do seu programa (AR, 2015c).

Em relação à participação dos membros do Governo na AR, o artigo 177.º da CRP (AR, 2005) considera que os Ministros têm o direito de comparecer às reuniões plenárias da AR, podendo ser auxiliados ou substituídos pelos Secretários de Estado, e uns e outros usar da palavra, nos termos do Regimento. Assim, ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo (AR, 2005:4670):

“2. Serão marcadas reuniões em que os membros do Governo estarão presentes para responder a perguntas e pedidos de esclarecimento dos Deputados, as quais se realizarão com a periodicidade mínima fixada no Regimento e em datas a estabelecer por acordo com o Governo.

3. Os membros do Governo podem solicitar a sua participação nos trabalhos das comissões e devem comparecer perante as mesmas quando tal seja requerido.”.

Quanto à composição das **comissões parlamentares**, o artigo 29.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), considera que a mesma deve ser proporcional à representatividade dos grupos parlamentares, sendo a sua presidência repartida pelos grupos parlamentares em proporção do número dos seus deputados. A indicação dos deputados para as comissões parlamentares, em conformidade com o artigo 30.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), é da competência dos respetivos grupos parlamentares e deve ser efectuada no prazo fixado pelo Presidente da Assembleia.

As comissões parlamentares podem ser permanentes e eventuais. As competências das comissões parlamentares permanentes, estabelecidas no artigo 35.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4485), são:

- “a) Apreciar os projectos e as propostas de lei, as propostas de alteração, os tratados e acordos submetidos à Assembleia e produzir os competentes pareceres;*
- b) Apreciar a apresentação de iniciativas legislativas, nos termos do artigo 132.º;*
- c) Votar na especialidade os textos aprovados na generalidade pelo Plenário, nos termos e com os limites estabelecidos no artigo 168.º da Constituição e no Regimento;*
- d) Acompanhar, apreciar e pronunciar-se, nos termos da Constituição e da lei, sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia e elaborar relatórios sobre as informações referidas na alínea i) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, sem prejuízo das competências do Plenário;*
- e) Apreciar as petições dirigidas à Assembleia;*

- f) Inteirar -se dos problemas políticos e administrativos que sejam da sua competência e fornecer à Assembleia, quando esta o julgar conveniente, os elementos necessários à apreciação dos actos do Governo e da Administração;*
- g) Verificar o cumprimento pelo Governo e pela Administração das leis e resoluções da Assembleia, podendo sugerir a esta as medidas consideradas convenientes;*
- h) Propor ao Presidente da Assembleia a realização no Plenário de debates temáticos, sobre matéria da sua competência, para que a Conferência de Líderes julgue da sua oportunidade e interesse;*
- i) Elaborar relatórios sobre matérias da sua competência;*
- j) Elaborar e aprovar o seu regulamento;*
- l) Apreciar as questões relativas ao Regimento e mandatos.”.*

Por seu lado, às comissões parlamentares eventuais, em conformidade com o artigo 38.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), compete apreciar os assuntos objecto da sua constituição, apresentando os respectivos relatórios nos prazos fixados pela Assembleia.

Fora do período de funcionamento efetivo da AR, durante o período em que ela se encontrar dissolvida e nos restantes casos previstos na Constituição, funciona a Comissão Permanente da AR, tal como previsto no artigo 39.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010). As competências da **comissão permanente** estão estabelecidas no artigo 41.º do mesmo Regimento (AR, 2010: 4486):

- “a) Acompanhar a actividade do Governo e da Administração;*
- b) Exercer os poderes da Assembleia relativamente ao mandato dos Deputados, sem prejuízo da competência própria do Presidente da Assembleia e da comissão parlamentar competente;*
- c) Promover a convocação da Assembleia sempre que tal seja necessário;*
- d) Preparar a abertura da sessão legislativa;*
- e) Dar assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional;*
- f) Autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio ou o estado de emergência, a declarar a guerra e a fazer a paz;*
- g) Autorizar o funcionamento das comissões parlamentares durante os períodos de suspensão da sessão legislativa, se tal for necessário ao bom andamento dos seus trabalhos;*
- h) Decidir as reclamações sobre inexactidões dos textos de redacção final dos decretos e resoluções da Assembleia;*
- i) Designar as delegações parlamentares;*

j) *Elaborar o seu regulamento.*” .

Em termos de **funcionamento**, o artigo 49.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), prevê que cada legislatura tem a duração de quatro sessões legislativas e cada sessão legislativa tem a duração de um ano, com início a 15 de setembro; o período normal de funcionamento da AR é de 15 de setembro a 15 de junho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia deliberar por maioria de dois terços dos deputados presentes.

No âmbito do funcionamento da AR, o n.º 1 do artigo 53.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), considera que os trabalhos parlamentares correspondem às reuniões do Plenário, da Comissão Permanente da Assembleia, das comissões parlamentares, das subcomissões, dos grupos de trabalho criados no âmbito das comissões parlamentares, dos grupos parlamentares, da Conferência de Líderes, da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares e das delegações parlamentares. Para no n.º 2 do mesmo artigo 53.º (AR, 2010: 4487-4488) considerar ainda como trabalho parlamentar:

- “a) A participação de Deputados em reuniões de organizações internacionais parlamentares;*
- c) As demais reuniões convocadas pelo Presidente da Assembleia;*
- d) As reuniões dos grupos parlamentares de preparação da legislatura, realizadas entre as eleições e a primeira reunião da Assembleia.”.*

A agenda da reunião plenária - designada por ordem do dia - é fixada, de acordo com o artigo 59.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), com a antecedência mínima de 15 dias pelo Presidente, depois de ouvir a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, onde o Governo também pode fazer-se representar. Normalmente realizam-se 3 reuniões plenárias por semana, as quais são públicas e gravadas na totalidade, sendo este registo publicado na I Série do Diário da Assembleia da República (AR, 2015c).

Na fixação da ordem do dia, o Presidente da AR respeita as prioridades e precedências fixadas no artigo 62.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro, nomeadamente as matérias de prioridade absoluta previstas no n.º 2 do referido artigo:

- “a) Autorização ao Presidente da República para declarar a guerra e fazer a paz;*
- b) Autorização e confirmação da declaração do estado de sítio e do estado de emergência, nos termos da alínea l) do artigo 161.º da Constituição, e apreciação da sua aplicação nos termos da alínea b) do artigo 162.º da Constituição;*
- c) Apreciação do programa do Governo;*
- d) Votação de moções de confiança ou de censura ao Governo;*

- e) *Aprovação das leis das grandes opções dos planos nacionais e do Orçamento do Estado;*
- f) *Debates sobre política geral provocados por interpelação ao Governo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 180.º da Constituição.*” (AR, 2010: 4489).

Quanto às matérias de prioridade relativa, o n.º 3 do mesmo artigo considera:

- “a) Reapreciação em caso de veto do Presidente da República, nos casos do artigo 136.º da Constituição;*
- b) Aprovação de leis e tratados sobre matérias que constituam reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República;*
- c) Apreciação da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia;*
- d) Autorização ao Governo para contrair e conceder empréstimos e realizar outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante e estabelecer o limite máximo dos avales a conceder em cada ano pelo Governo;*
- e) Apreciação das contas do Estado e das demais entidades públicas que a lei determinar;*
- f) Apreciação de decretos-leis aprovados no uso de autorização legislativa;*
- g) Debate e votação dos estatutos político-administrativos das regiões autónomas;*
- h) Concessão de amnistias e perdões genéricos;*
- i) Aprovação de leis e tratados sobre matérias que constituam reserva relativa da competência legislativa da Assembleia da República;*
- j) Apreciação dos relatórios de execução anuais e finais dos planos;*
- l) Apreciação de decretos-leis;*
- m) Aprovação de leis e tratados sobre as restantes matérias.*” (AR, 2010: 4489).

Em conformidade com o n.º 6 do mesmo artigo, o Presidente da AR pode incluir ainda na ordem do dia a apreciação das seguintes matérias:

- “a) Deliberações sobre o mandato de Deputados;*
- b) Recursos das suas decisões;*
- c) Eleições suplementares da Mesa;*
- d) Constituição de comissões e delegações parlamentares;*
- e) Comunicações das comissões parlamentares;*
- f) Recursos da decisão sobre as reclamações, nos termos do artigo 157.º, e da determinação da comissão competente, nos termos do artigo 130.º;*
- g) Inquéritos, nos termos dos artigos 233.º e 236.º;*
- h) Assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional;*

- i) Designação de titulares de cargos exteriores à Assembleia;*
- j) Alterações ao Regimento.” (AR, 2010: 4489).*

Após a tomada de posse, o Governo apresenta o seu Programa à AR, que o analisa num período máximo de três reuniões plenárias, tal como previsto no n.º 3 do artigo 214.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010). No decorrer do debate do Programa do Governo qualquer grupo parlamentar da oposição pode propor a rejeição do Programa do Governo ou o Governo pode solicitar a aprovação de um voto de confiança, tal como previsto no n.º 1 do artigo 217.º do mesmo Regimento (AR, 2010).

A qualquer momento, em conformidade com o n.º 1 do artigo 218.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), o Governo pode solicitar a aprovação de uma moção de confiança sobre uma declaração de política geral ou sobre qualquer assunto relevante de interesse nacional assuntos de relevante interesse nacional. De igual modo, de acordo com o artigo 221.º do mesmo Regimento (AR, 2010), qualquer grupo parlamentar pode apresentar uma moção de censura ao Governo, a qual só se considera aprovada quando tiver obtido os votos da maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções, conforme o n.º 2 do artigo 223.º do mesmo Regimento (AR, 2010); se a moção de censura não for aprovada, os seus signatários não poderão apresentar outra durante a mesma sessão legislativa, conforme o n.º 3 do artigo 223.º do mesmo Regimento (AR, 2010).

De acordo com o n.º 1 do artigo 172.º da CRP (AR, 2005), a Assembleia da República não pode ser dissolvida nos seis meses seguintes à sua eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou do estado de emergência.

3.4 Deputados e Grupos Parlamentares

Em relação aos **deputados**, a AR é atualmente composta por 230 deputados eleitos por sufrágio (ou seja, por votação) universal e direto dos cidadãos eleitores recenseados no território nacional e no estrangeiro (AR, 2015d). O mandato dos deputados inicia-se com a primeira reunião da AR após as eleições e termina com a primeira reunião após as eleições seguintes, sem prejuízo da suspensão ou da cessação individual do mandato (AR, 2015d).

O Estatuto dos Deputados foi aprovado pela Lei n.º 5/76, de 10 de setembro (AR, 1976), tendo desde essa data sofrido inúmeras alterações, de que se destacam as introduzidas pelas Lei n.º 7/93, de 1

de março (AR, 1993), Lei n.º 24/95, de 18 de agosto (AR, 1995), Lei n.º 55/98, de 18 de agosto (AR, 1998), Lei n.º 45/99, de 16 de junho (AR, 1999), Lei n.º 45/2006, de 25 de agosto (AR, 2006c), Lei n.º 43/2007, de 24 de agosto (AR, 2007c) e Lei n.º 16/2009, de 1 de abril (AR, 2009). Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto dos Deputados (AR, 2016: 9) devem ser:

“(...) garantidas condições adequadas ao eficaz exercício das funções, designadamente ao indispensável contacto com os cidadãos eleitores e à sua informação regular.”.

De acordo com n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010: 4479), constituem poderes dos deputados os seguintes:

- “a) Apresentar projectos de revisão constitucional;*
- b) Apresentar projectos de lei, de Regimento ou de resolução, designadamente de referendo, e propostas de deliberação, e requerer o respectivo agendamento;*
- c) Participar e intervir nos debates parlamentares, nos termos do Regimento;*
- d) Fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer actos deste ou da Administração Pública, salvo o disposto na lei em matéria de segredo de Estado;*
- e) Requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato;*
- f) Requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito;*
- g) Apresentar propostas de alteração;*
- h) Requerer a apreciação de decretos-leis para efeitos de cessação de vigência ou de alteração;*
- i) Requerer a urgência do processamento de qualquer projecto ou proposta de lei ou de resolução ou de projecto de deliberação, bem como da apreciação de qualquer decreto-lei para efeitos de cessação de vigência ou de alteração;*
- j) Apresentar moções de censura ao Governo;*
- l) Participar nas discussões e votações;*
- m) Propor a constituição de comissões parlamentares eventuais;*
- n) Propor a realização de audições parlamentares;*
- o) Requerer ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade e da legalidade de normas nos termos dos artigos 278.º e 281.º da Constituição;*
- p) Interpor recurso para o Tribunal Constitucional da deliberação do Plenário da Assembleia que confirma a declaração de perda de mandato, ou a declara, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 223.º da Constituição e da lei.”.*

Por seu lado, o Estatuto dos Deputados define, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º (AR, 2016: 10), os seguintes deveres dos deputados:

- “a) Participar nos trabalhos parlamentares e designadamente comparecer às reuniões do Plenário e às das comissões a que pertençam;*
- b) Desempenhar os cargos na Assembleia e as funções para que sejam eleitos ou designados, sob proposta dos respetivos grupos parlamentares;*
- c) Participar nas votações;*
- d) Assegurar o indispensável contacto com os eleitores;*
- e) Respeitar a dignidade da Assembleia da República e dos Deputados;*
- f) Observar o Regimento da Assembleia da República.”.*

O mesmo Estatuto, de acordo com o n.º 3 do artigo 15.º (AR, 2016: 11), estabelece como direitos dos deputados:

- “a) Adiamento do serviço militar, do serviço cívico ou da mobilização civil;*
- b) Livre trânsito, considerado como livre circulação em locais públicos de acesso condicionado, mediante exibição do cartão de Deputado;*
- c) Passaporte diplomático por legislatura, renovado em cada sessão legislativa;*
- d) Cartão de Deputado, cujo modelo e emissão são fixados por despacho do Presidente da Assembleia da República;*
- e) Remunerações e subsídios que a lei prescrever;*
- f) Os previstos na legislação sobre proteção à maternidade e à paternidade;*
- g) Direito de uso e porte de arma, nos termos do n.º 7 do presente artigo;*
- h) Prioridade nas reservas de passagem nas empresas públicas de navegação aérea durante o funcionamento efetivo da Assembleia ou por motivos relacionados com o desempenho do seu mandato.”.*

Não obstante, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Estatuto dos Deputados (AR, 2016: 12-13) são incompatíveis com o desempenho do mandato de deputado à AR os seguintes cargos ou funções:

- “a) Presidente da República, membro do Governo e Representantes da República para as Regiões Autónomas;*
- b) Membro do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas, do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Procurador-Geral da República e Provedor de Justiça;*
- c) Deputado ao Parlamento Europeu;*
- d) Membro dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas;*
- e) Embaixador não oriundo da carreira diplomática;*
- f) Governador e vice-governador civil;*

- g) Presidente, vice-presidente ou substituto legal do presidente e vereador a tempo inteiro ou em regime de meio tempo das câmaras municipais;*
- h) Funcionário do Estado ou de outra pessoa colectiva pública;*
- i) Membro da Comissão Nacional de Eleições;*
- j) Membro de gabinete ministerial ou legalmente equiparado;*
- l) Alto cargo ou função internacional, se for impeditivo do exercício do mandato parlamentar, bem como funcionário de organização internacional ou de Estado estrangeiro;*
- m) Presidente e vice-presidente do Conselho Económico e Social;*
- n) Membro da Entidade Reguladora para a Comunicação Social;*
- o) Membro do conselho de gestão de empresa pública, de empresa de capitais públicos ou maioritariamente participada pelo Estado e de instituto público autónomo.”*

Nos termos do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados (AR, 2016), os deputados podem solicitar ao Presidente da AR, por motivo relevante, a sua substituição por uma ou mais vezes, no decurso da legislatura. Para o efeito, entende-se por motivo relevante: doença grave que envolva impedimento do exercício das funções por período não inferior a 30 dias nem superior a 180; exercício da licença por maternidade ou paternidade; e a necessidade de garantir seguimento de processo nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, ou seja, procedimento criminal (AR, 2016).

Quando é movido um procedimento criminal contra um deputado, ao abrigo do n.º 3 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados (AR, 2016), e este é acusado definitivamente, a Assembleia decide, no prazo fixado no Regimento, se o deputado deve ou não ser suspenso para efeito do seguimento do processo. A suspensão é obrigatória quando se tratar de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos e em flagrante delito, sendo que a Assembleia pode limitar a suspensão do deputado ao tempo que considerar mais adequado, segundo as circunstâncias, ao exercício do mandato e ao andamento do processo criminal.

Nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Estatuto dos Deputados (AR, 2016: 7), a perda do mandato dos deputados é determinada quando os Deputados:

- “a) Venham a ser feridos por alguma das incapacidades ou incompatibilidades previstas na lei, mesmo por factos anteriores à eleição, não podendo a Assembleia da República reapreciar factos que tenham sido objeto de decisão judicial com trânsito em julgado ou de deliberação anterior da própria Assembleia;*
- b) Não tomem assento na Assembleia da República ou excedam o número de faltas, salvo motivo justificado, nos termos do n.º 2 e de acordo com o Regimento;*
- c) Se inscrevam em partido diferente daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio;*

d) Sejam judicialmente condenados por participação em organizações de ideologia fascista ou racista.”.

Por motivo justificado, o n.º 2 do artigo 8.º do Estatuto dos Deputados (AR, 2016) considera a doença, o casamento, a maternidade e a paternidade, o luto, força maior, missão ou trabalho parlamentar e o trabalho político ou do partido a que o deputado pertence, bem como a participação em atividades parlamentares, nos termos do Regimento da Assembleia da República.

Tal como refere o n.º 1 e 2 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados (AR, 2016) em caso de vacatura ou suspensão de mandato do deputado, este será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência na mesma lista; o impedimento temporário do candidato chamado a assumir as funções de deputado determina a subida do candidato que se seguir na ordem de precedência.

Quanto aos **grupos parlamentares**, os mesmos são constituídos, em conformidade com o artigo 6.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), pelos deputados eleitos por cada partido ou coligação de partidos. O referido Regimento define no seu artigo 8.º (AR, 2010: 4480) que os poderes de cada grupo parlamentar correspondem a:

- “a) Participar nas comissões parlamentares em função do número dos seus membros, indicando os seus representantes nelas;*
- b) Determinar a ordem do dia de um certo número de reuniões plenárias, nos termos do artigo 64.º;*
- c) Provocar, com a presença do Governo, a realização de debates de urgência, nos termos do artigo 74.º;*
- d) Provocar, por meio de interpelação ao Governo, a realização de dois debates em cada sessão legislativa sobre assunto de política geral ou sectorial;*
- e) Provocar a realização de debates de actualidade, nos termos do artigo 72.º;*
- f) Exercer iniciativa legislativa;*
- g) Apresentar moções de rejeição ao programa do Governo;*
- h) Apresentar moções de censura ao Governo;*
- i) Requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito;*
- j) Produzir declarações de voto orais após cada votação final global (...).”.*

No que se refere aos direitos dos grupos parlamentares, os mesmos encontram-se previstos no artigo 9.º do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, de 14 de outubro (AR, 2010), bem como no artigo 180.º da CRP (AR, 2005: 4670), especificando este último:

- “a) Participar nas comissões da Assembleia em função do número dos seus membros, indicando os seus representantes nelas;*
- b) Ser ouvido na fixação da ordem do dia e interpor recurso para o Plenário da ordem do dia fixada;*
- c) Provocar, com a presença do Governo, o debate de questões de interesse público actual e urgente;*
- d) Provocar, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa sobre assunto de política geral ou sectorial;*
- e) Solicitar à Comissão Permanente que promova a convocação da Assembleia;*
- f) Requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito;*
- g) Exercer iniciativa legislativa;*
- h) Apresentar moções de rejeição do programa do Governo;*
- i) Apresentar moções de censura ao Governo;*
- j) Ser informado, regular e directamente, pelo Governo, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público.”.*

No termos do artigo 180.º da CRP (AR, 2005) é referido ainda que, cada grupo parlamentar tem direito a dispor de locais de trabalho na sede da Assembleia, bem como de pessoal técnico e administrativo da sua confiança, nos termos que a lei determinar.

3.5 Considerações Finais

No início de cada Legislatura, a Assembleia da República elege, por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções, o seu Presidente, bem como os restantes membros da Mesa da Assembleia, e fixa o elenco das suas Comissões Parlamentares permanentes, podendo este ser alterado posteriormente por decisão do Plenário (AR, 2005). A AR, enquanto órgão consagrado na CRP, para além de ser representativa de todos os cidadãos portugueses (AR, 2015a), tem também competências fundamentais para bom funcionamento do sistema político nacional, nomeadamente competências políticas e legislativas, de fiscalização e ainda outras relativamente a outros órgãos, que lhe conferem poderes para: aprovar alterações à Constituição; aprovar os estatutos político-administrativos; aprovar o Orçamento de Estado; fazer leis; autorizar os governos a contrair e a conceder empréstimos; zelar pelo cumprimento da Constituição e das leis; e apreciar as alterações aos decretos-lei.

Por sua vez, o Governo, dirige a política geral do país e é o órgão superior da Administração Pública, sendo um órgão executivo por excelência, com uma função política ou de governo, mas que também exerce, de forma ativa e frequentemente, a função legislativa, tanto por competência própria, como mediante autorização legislativa da AR ou mesmo apresentando propostas de lei a serem debatidas e aprovadas no Parlamento.

As Legislativas Políticas em Portugal

4.1 Enquadramento

Apesar de vários países já registarem uma percentagem considerável de mulheres na política (Dahlerup e Freidenvall, 2008), como por exemplo, segundo Freidenvall *et al.* (2006), na Europa (Suécia, Islândia, Holanda, Finlândia e Espanha), em África (África do Sul) e na América Latina (Argentina), constata-se que em Portugal as mulheres sempre estiveram sub-representadas na Assembleia da República, tendo a Lei da Paridade constituído uma medida de ação positiva no combate à desigualdade de género na política (Krook, 2009; Santos e Amâncio, 2010). Este mecanismo legislativo pretende assegurar que as mulheres não sejam meros símbolos na política (Santos e Amâncio, 2010).

Face ao anterior, seguindo o proposto por Schramm (1971), concretiza-se neste capítulo a metodologia de caso de estudo no âmbito da Assembleia das República, de forma a fazer o levantamento de informação sobre um conjunto de decisões, saber como foram implementadas as mesmas e os resultados que se obtiveram. Também Yin (2008) considera que, a metodologia de caso de estudo deve ser utilizada quando se pretendem estudar eventos atuais, em situações em que os comportamentos não podem ser manipulados, tendo como vantagens as competências na expressão de processos sociais à medida que eles se desenrolam nas organizações e a possibilidade de considerar um grande número de variáveis que não necessitam de ser predeterminadas.

Com o presente capítulo pretende-se conhecer a realidade da AR no que respeita ao seu grau de envolvimento com a temática da igualdade de género, com vista a perceber os procedimentos seguidos ao longo das diferentes legislaturas políticas, entre 1976 (I Legislatura) e 2015 (XIII, e última, Legislatura), em Portugal. Assim, no ponto 4.2 descrevem-se os objetivos e a metodologia adotada no capítulo, seguindo-se, no ponto 4.3, a análise dos resultados obtidos relativamente à representação das mulheres na Assembleia da República, antes e após a aprovação da Lei da Paridade, publicada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a). Por sua vez, no ponto 4.4, e último ponto, faz expõem-se as considerações finais.

4.2 Objetivos e Metodologia

O presente Projecto Aplicado, em geral, e este capítulo, em particular, tem como objetivo principal analisar e compreender a participação das mulheres na vida política nacional, bem como analisar os impactos que a Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a), e alterada pela Declaração de Rectificação n.º 71/2006, de 4 de outubro (AR, 2006b), teve nas diferentes legislaturas da Assembleia da República, uma vez que a referida Lei vincula uma representação mínima de 33% de cada um dos sexos nas listas eleitorais para a AR, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais.

Para dar cumprimento ao objetivo anterior, este capítulo segue metodologicamente uma abordagem de caso de estudo, relativo à Assembleia da República Portuguesa, o qual se centrou nas dinâmicas necessárias para que o processo de aplicação da Lei da Paridade possa ser uma realidade. Em termos globais, apresenta-se um caso de estudo relacionado com a análise da implementação da Lei da Paridade através da consideração de três questões gerais: “*O que aconteceu?*”, “*Como aconteceu?*” e “*Por que é que aconteceu?*”. De acordo com Yin (2008), as duas primeiras questões são frequentemente respondidas em estudos que envolvem investigações históricas, enquanto a terceira questão aparece normalmente associada a estudos do tipo narrativo com pendor interpretativo.

Nestes termos, a presente investigação suportou-se num método abrangente, com a lógica do planeamento, da recolha e da análise de dados, tendo em conta quatro pontos fulcrais, especificamente: as questões propostas (“como” e “porquê”); o controlo que o investigador exerce sobre os factos; o momento em que os factos ocorreram; e o tipo de variáveis do ambiente de estudo (Yin, 2008).

4.3 Análise dos Resultados

O **Quadro 1** apresenta o número de deputados pelas diferentes legislaturas entre 1976 (I Legislatura) e 2015 (XIII, e última, Legislatura) e por género. Entre a primeira legislatura de 1976 e a última legislatura de 2015, o número de deputados na AR diminuiu 12,5% (correspondendo a 33 deputados), como resultado da redução da despesa pública. No entanto, a representação das mulheres cresceu 406,7% no período (correspondendo a 61 deputados), enquanto a representação de homens registou um decréscimo de 37,9% (correspondendo a 94 deputados), tendo como justificação a implementação da Lei da Paridade de género. Com efeito, na primeira legislatura foi onde as

mulheres tiveram pior representação (correspondendo a 5,7% do total de deputados), embora na última legislatura já registem o mínimo previsto na Lei da Paridade, ao terem uma representação de 33,0% no total de deputados.

Quadro 1. Número de Deputados por Legislatura e Género

Anos	Género		
	Feminino	Masculino	Total
1976	15	248	263
1979	17	233	250
1980	17	233	250
1983	18	232	250
1985	16	234	250
1987	19	231	250
1991	20	210	230
1995	28	202	230
1999	40	190	230
2002	45	185	230
2005	49	181	230
2009	63	167	230
2011	61	169	230
2015	76	154	230

Fonte: Adaptado de PORDATA (2015a).

Face ao anterior, a AR é atualmente composta por 230 deputados eleitos por sufrágio (ou seja, por votação) universal e direto dos cidadãos eleitores recenseados no território nacional e no estrangeiro. Os deputados não representam apenas os círculos por que são eleitos, mas sim todo o país. O mandato dos deputados inicia-se com a primeira reunião da Assembleia da República após as eleições e termina com a primeira reunião após as eleições seguintes, sem prejuízo da suspensão ou da cessação individual do mandato (AR, 2005).

Os deputados eleitos por cada partido ou coligação de partidos podem constituir-se em grupo parlamentar. A constituição de cada grupo parlamentar efetua-se mediante comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia, assinada por todos os deputados que o constituem, indicando a sua designação, assim como o nome do respetivo presidente e dos vice-presidentes, se os houver (AR, 2010). O Regimento da AR (AR, 2010), nos termos do seu artigo 8.º, vem definir os poderes de cada grupo parlamentar, nomeadamente: participar nas comissões parlamentares em função do número dos seus membros, indicando os seus representantes nelas; determinar a ordem do dia de um certo

número de reuniões plenárias; provocar, com a presença do Governo, a realização de debates de urgência; provocar, por meio de interpelação ao Governo, a realização de dois debates em cada sessão legislativa sobre assunto de política geral ou sectorial; provocar a realização de debates de atualidade; exercer iniciativa legislativa; apresentar moções de rejeição ao programa do Governo; apresentar moções de censura ao Governo; requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito; e produzir declarações de voto orais após cada votação final global

Na atual legislatura existem 6 grupos parlamentares e um deputado único representante de um partido, correspondentes aos partidos políticos que elegeram deputados nas últimas eleições legislativas realizadas em 4 de outubro de 2015: PSD; CDS-PP; Partido Socialista (PS); BE; Partido Comunista Português (PCP); Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV); e Pessoas – Animais – Natureza (PAN).

Quadro 2. Número de Deputados do Género Masculino por Legislatura e Partido Político

Anos	ASDI	BE	CDS-PP	MDP/CDE	PAN	PCP	PEV	PPD/PSD	PPM	PRD	PS	PSN	UDP	UEDS	Total
1976	0	0	41	0	0	34	0	71	0	0	101	0	1	0	248
1979	0	0	43	3	0	38	0	73	5	0	70	0	1	0	233
1980	4	0	45	2	0	34	0	73	6	0	65	0	1	3	233
1983	0	0	30	3	0	35	0	68	0	0	96	0	0	0	232
1985	0	0	22	3	0	28	0	83	0	42	56	0	0	0	234
1987	0	0	4	0	0	26	1	138	0	6	56	0	0	0	231
1991	0	0	5	0	0	13	1	125	0	0	65	1	0	0	210
1995	0	0	12	0	0	11	0	81	0	0	98	0	0	0	202
1999	0	2	14	0	0	12	0	70	0	0	92	0	0	0	190
2002	0	3	13	0	0	8	0	87	0	0	74	0	0	0	185
2005	0	4	11	0	0	10	1	69	0	0	86	0	0	0	181
2009	0	10	17	0	0	11	1	59	0	0	69	0	0	0	167
2011	0	4	19	0	0	12	1	77	0	0	56	0	0	0	169
2015	0	13	11	0	1	9	1	60	0	0	59	0	0	0	154

Fonte: Adaptado de PORDATA (2015b).

Em termos cronológicos, o **Quadro 2** traduz o número de deputados do género masculino pelas diferentes legislaturas entre 1976 (I Legislatura) e 2015 (XIII Legislatura) e por partido político. Os diferentes partidos políticos são: de esquerda (ASDI - Acção Social Democrata Independente; BE; PCP; PEV; PS; UDP - União Democrática Popular; e UEDS - União da Esquerda para a Democracia Socialista); de direita (CDS-PP; MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral; PPD/PSD; e PPM - Partido Popular Monárquico); e partidos de causas (PAN; PRD - Partido Renovador Democrático; e PSN - Partido da Solidariedade Nacional).

No período em análise, os partidos políticos com maior representação de homens foram PPD/PSD, PS, PCP e CDS-PP, correspondendo a 95,7% do total de homens e a 81,9% do total de deputados desde 1976, apesar da evolução do número de representação masculina em cada um dos partidos tenha diminuído ao longo das legislaturas, seguindo a tendência global da AR. Como referem Martins e Teixeira (2005: 147):

“(...) em regra os partidos com maiores possibilidades de acesso ao governo tendem a ser menos permeáveis à feminização do seu pessoal político parlamentar, ainda assim o PSD diminuiu significativamente o número de candidatas colocadas em lugares não elegíveis e reforçou o número de candidatas com possibilidades reais de aceder ao Parlamento, o que conduziu a um aumento assinalável das candidatas eleitas”.

Contudo, alguns dos partidos políticos só existiram durante algumas legislaturas, como por exemplo o partido ASDI (II Legislatura, entre 5 de outubro de 1980 e 25 de abril de 1983), o PAN (última legislatura, iniciada em 4 de outubro de 2015), o PPM (I Legislatura com eleição intercalar e II Legislatura, entre 2 de dezembro de 1979 e 25 de abril de 1983), o PRD (IV e V Legislatura, entre 6 de outubro de 1985 e 6 de outubro de 1991), o PSN (VI Legislatura, durante o período de 6 de outubro de 1991 e 1 de outubro de 1995), o UDP (duas primeiras legislaturas, entre 25 de abril de 1976 e 25 de abril de 1983) e o UEDS (tal como o ASDI, apenas existiu na II Legislatura, entre 5 de outubro de 1980 e 25 de abril de 1983). Adicionalmente importa referir que, na primeira metade das legislaturas vigentes na AR existiram mais grupos parlamentares do que na segunda metade das mesmas, como reação ao fim do regime ditatorial. Assim, os partidos que nas primeiras legislaturas tiveram alguma importância relativa, para além das principais forças políticas que, até à atualidade, continuam no Parlamento, foram: PPM; MDP/CDE; ASDI; e UDP.

O **Quadro 3** reflete o número de deputados do género feminino pelas diferentes legislaturas entre 1976 (I Legislatura) e 2015 (XIII Legislatura) e por partido político. Ao longo do período em análise existiram partidos políticos sem a participação de mulheres, como por exemplo o ASDI, o MDP/CDE, o PAN, o PPM, o PSN e o UDP, os quais correspondem aos mesmos partidos políticos com poucas representações legislativas. No entanto, os partidos políticos com maior representação de mulheres foram, respetivamente, PS, PPD/PSD, PCP e CDS-PP, correspondendo a 92,4% do total de mulheres e a 13,3% do total de deputados desde 1976, evidenciando a evolução positiva da participação de mulheres em cada partido durante todo o período, confirmando a crescente preocupação em cumprir a Lei da Paridade de género.

Quadro 3. Número de Deputados do Género Feminino por Legislatura e Partido Político

Anos	ASDI	BE	CDS-PP	MDP/CDE	PAN	PCP	PEV	PPD/PSD	PPM	PRD	PS	PSN	UDP	UEDS	Total
1976	0	0	1	0	0	6	0	2	0	0	6	0	0	0	15
1979	0	0	0	0	0	6	0	7	0	0	4	0	0	0	17
1980	0	0	1	0	0	5	0	9	0	0	1	0	0	1	17
1983	0	0	0	0	0	6	0	7	0	0	5	0	0	0	18
1985	0	0	0	0	0	7	0	5	0	3	1	0	0	0	16
1987	0	0	0	0	0	3	1	10	0	1	4	0	0	0	19
1991	0	0	0	0	0	2	1	10	0	0	7	0	0	0	20
1995	0	0	3	0	0	2	2	7	0	0	14	0	0	0	28
1999	0	0	1	0	0	3	2	11	0	0	23	0	0	0	40
2002	0	0	1	0	0	2	2	18	0	0	22	0	0	0	45
2005	0	4	1	0	0	2	1	6	0	0	35	0	0	0	49
2009	0	6	4	0	0	2	1	22	0	0	28	0	0	0	63
2011	0	4	5	0	0	2	1	31	0	0	18	0	0	0	61
2015	0	6	7	0	0	6	1	29	0	0	27	0	0	0	76

Fonte: Adaptado de PORDATA (2015c).

Em termos comparativos, o BE e o PEV, ambos partidos políticos de esquerda, são os que apresentam, em termos percentuais, maior representação de mulheres nas suas listas de deputados. Para confirmar esta situação, Baum e Espírito-Santo (2009: 389) defendem que:

“quanto mais à esquerda se posiciona um partido, maior é a percentagem de mulheres por ele eleita. Essa tendência começou a ser observável no início dos anos 90, mas tem vindo a mostrar-se mais pronunciada desde as eleições de 1999”.

Efetivamente, desde o início, os partidos políticos de esquerda foram os mais abertos a discutir o tema das quotas de mulheres, oferecendo um ambiente favorável para as causas dos defensores feministas das quotas para as mulheres (Dahlerup e Freidenvall, 2008).

Em Portugal, os progressos realizados pelas mulheres em termos do número de deputadas ganhou mais notoriedade em 2009 (XI Legislatura, com aprovação da Lei da Paridade), tendo aumentado em 14 lugares o número de mulheres deputadas. No entanto, os partidos políticos, sejam eles alinhados a ideais de direita ou de esquerda, não fizeram da igualdade de representação de mulheres nas suas listas de candidatos ou na representação parlamentar uma questão política.

O **Quadro 4** apresenta o número de deputados pelos seis partidos políticos com maior representação de mulheres na AR desde 1976 (I Legislatura). Assim, tal como se esperava, entre a primeira legislatura (iniciada a 25 de abril de 1976) e a última legislatura (iniciada a 4 de outubro de 2015) os partidos políticos de esquerda foram os que apresentaram maior percentagem de representação de

mulheres nas suas listas de deputados. De facto, a influência da ideologia era já evidente no início do período democrático, em 1976, quando o tema da representação política das mulheres, longe de atingir a visibilidade que tem atualmente, já era uma realidade no Partido Comunista, o qual tinha a maior proporção de mulheres eleitas.

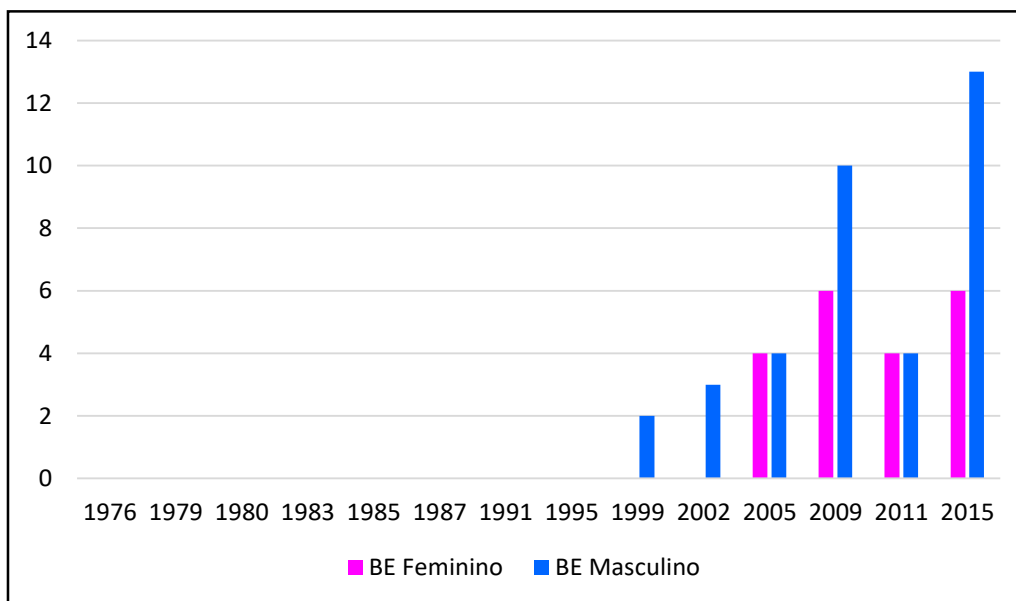
Quadro 4. Número de Deputados por Legislatura, Género e Partido Político

Anos	BE		CDS-PP		PCP		PEV		PPD/PSD		PS		Outros	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
1976	0	0	1	41	6	34	0	0	2	71	6	101	0	1
1979	0	0	0	43	6	38	0	0	7	73	4	70	0	9
1980	0	0	1	45	5	34	0	0	9	73	1	65	1	16
1983	0	0	0	30	6	35	0	0	7	68	5	96	0	3
1985	0	0	0	22	7	28	0	0	5	83	1	56	3	45
1987	0	0	0	4	3	26	1	1	10	138	4	56	1	6
1991	0	0	0	5	2	13	1	1	10	125	7	65	0	1
1995	0	0	3	12	2	11	2	0	7	81	14	98	0	0
1999	0	2	1	14	3	12	2	0	11	70	23	92	0	0
2002	0	3	1	13	2	8	2	0	18	87	22	74	0	0
2005	4	4	1	11	2	10	1	1	6	69	35	86	0	0
2009	6	10	4	17	2	11	1	1	22	59	28	69	0	0
2011	4	4	5	19	2	12	1	1	31	77	18	56	0	0
2015	6	13	7	11	6	9	1	1	29	60	27	59	0	1

Fonte: Adaptado de PORDATA (2015a).

Quanto à distribuição de deputados do Bloco de Esquerda, por legislatura e por género, a análise dos dados apresentados no **Gráfico 1** demonstra que as primeiras eleições legislativas em que o BE participou foram as eleições de 1999 (VIII Legislatura), obtendo 2 deputados eleitos, tendo na sua terceira candidatura à AR (X Legislatura, entre 27 de fevereiro de 2005 e 27 de setembro de 2011) eleito igual número de mulheres e homens (4 de cada género) e a partir dessa data cumprido sempre a Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a). De referir que, o BE nasceu em 1999 da aproximação de três forças políticas, especificamente: a UDP; o Partido Socialista Revolucionário (PSR); e a Política XXI, às quais posteriormente se juntaram vários outros movimentos.

Gráfico 1. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do BE



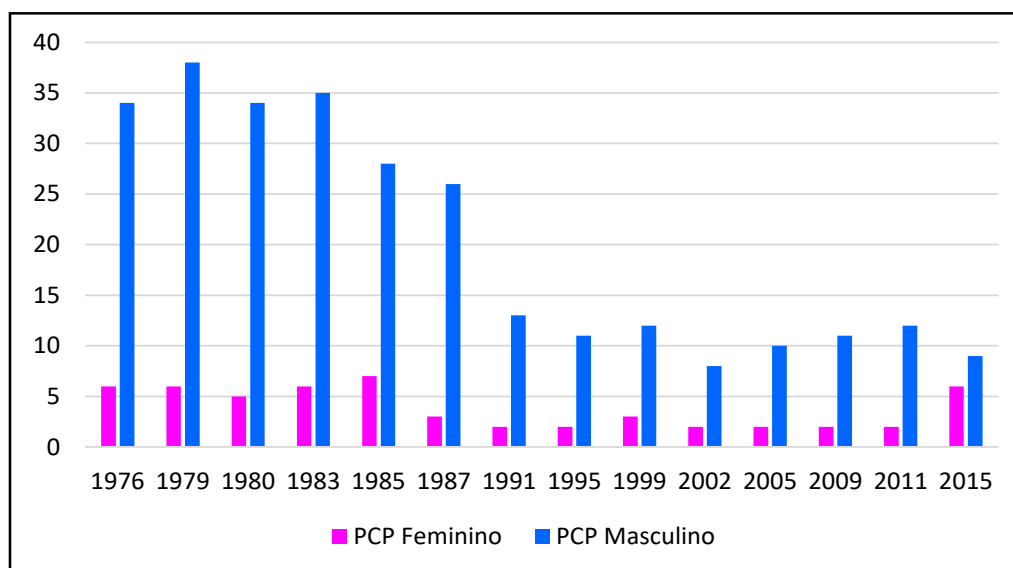
Fonte: Elaboração própria.

Também sob influência ideológica de esquerda, o **Gráfico 2** apresenta a distribuição de deputados do Partido Comunista Português, por legislatura e por género. Assim, a análise dos dados do partido político mais antigo (fundado em 1921) evidenciam que o PCP esteve presente em todas as eleições para a AR, tendo conseguido eleger deputados em todas elas, com especial ênfase nas cinco primeiras legislaturas (até 6 de outubro de 1991) e registado uma substancial redução do seu eleitorado nesse ano (48,3%).

Ao longo das sucessivas legislaturas, o PCP sempre teve mulheres eleitas nas suas listas, pese embora as mesmas nunca tenham tido uma representação superior a 20,0% do total de deputados do partido (nomeadamente nas IV, VIII e IX Legislaturas), exceto na presente legislatura (XIII Legislatura) em que têm uma representatividade de 40%, isto é, dos 15 deputados do PCP, 6 são mulheres, sendo apenas nesta legislatura que o PCP cumpre o previsto na Lei da Paridade. Não obstante, segundo Martins e Teixeira (2005: 152-153), o PCP foi:

“a primeira força política em Portugal a defender no seu manifesto partidário a importância de uma maior participação política feminina e a garantir um maior equilíbrio entre as candidatas em lugares não elegíveis e elegíveis”.

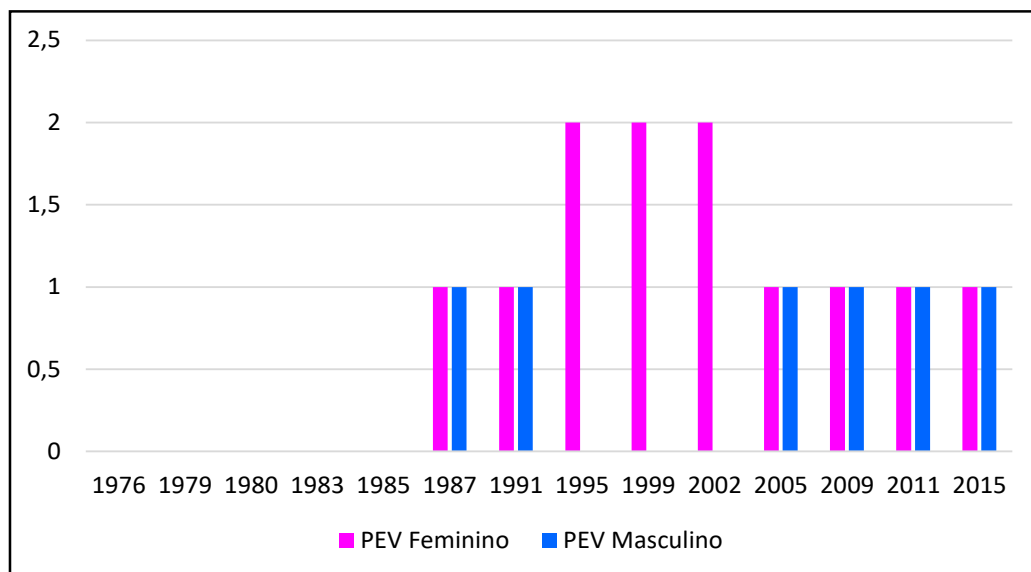
Gráfico 2. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PCP



Fonte: Elaboração própria.

O **Gráfico 3** apresenta a distribuição de deputados do Partido Ecologista "Os Verdes", por legislatura e por género, podendo concluir-se que o PEV teve os seus primeiros deputados eleitos na V Legislatura (entre 19 de julho de 1987 e 6 de outubro de 1991), apesar de ter sido fundado cinco anos antes (em 1982) em consequência da vontade de um grupo de cidadãos em promover uma intervenção ecologista mais ativa na sociedade portuguesa, sendo que, até hoje, tem concorrido sempre em coligação com PCP. De referir que, o PEV elegeu sempre 2 deputados ao longo das sucessivas legislaturas, sendo que, da VII à IX Legislatura, foram eleitas exclusivamente mulheres como deputadas, tornando-se no partido que percentualmente maior representação tem de mulheres nas suas listas e, por conseguinte, aquele que melhor cumpre o preceituado na Lei da Paridade.

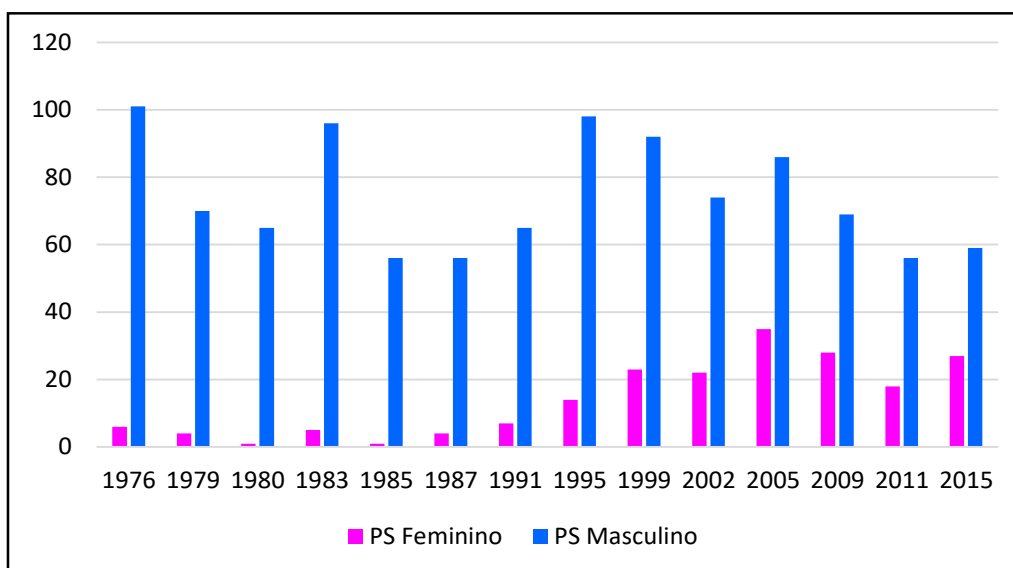
Gráfico 3. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PEV



Fonte: Elaboração própria.

Por seu lado, o **Gráfico 4** apresenta a distribuição de deputados do Partido Socialista, por legislatura e por género. À semelhança do PCP, o PS, fundado em 1973, esteve sempre presente nas eleições para a AR, tendo conseguido eleger deputados em todas elas, pese embora nas IV e V Legislaturas tenha evidenciado, no número de deputados eleitos, o impacto negativo do aparecimento do PRD como alternativa de esquerda. Contudo, em termos globais, o PS representa a segunda força política na AR, apesar de só na última legislatura se ter aproximado do cumprimento da Lei da Paridade (com 31,4% de mulheres, face ao total de deputados do partido), embora sempre tenham sido eleitas mulheres pelas suas listas. Segundo Baum e Espírito-Santo (2004), desde o final da década de 1980, este foi o partido político que instituiu o «sistema de quotas» de forma a aumentar o número de mulheres nas suas listas, intensificando a sua estratégia de defesa de eleição de mulheres após 1995.

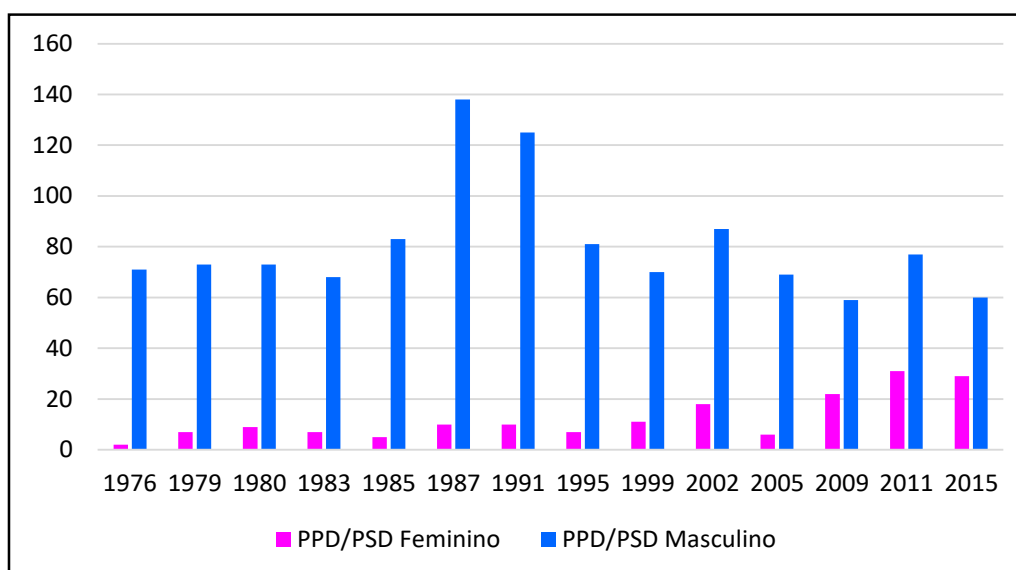
Gráfico 4. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PS



Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao Partido Social Democrata (PSD), assim designado a partir de 1976, após a legalização do Partido Popular Democrático (PPD) fundado em 1974, o **Gráfico 5** apresenta a distribuição dos seus deputados por legislatura e por género. O PPD/PSD, que representa, em termos totais do período 1976-2015, a primeira força política na AR, apresentou nas consecutivas legislaturas uma reduzida representatividade de mulheres, tendo apenas na última legislatura (com início em 4 de outubro de 2015) satisfeito os requisitos previstos na Lei da Paridade, ao registar exatamente uma representação de 33% de mulheres no total de deputados eleitos pelo partido.

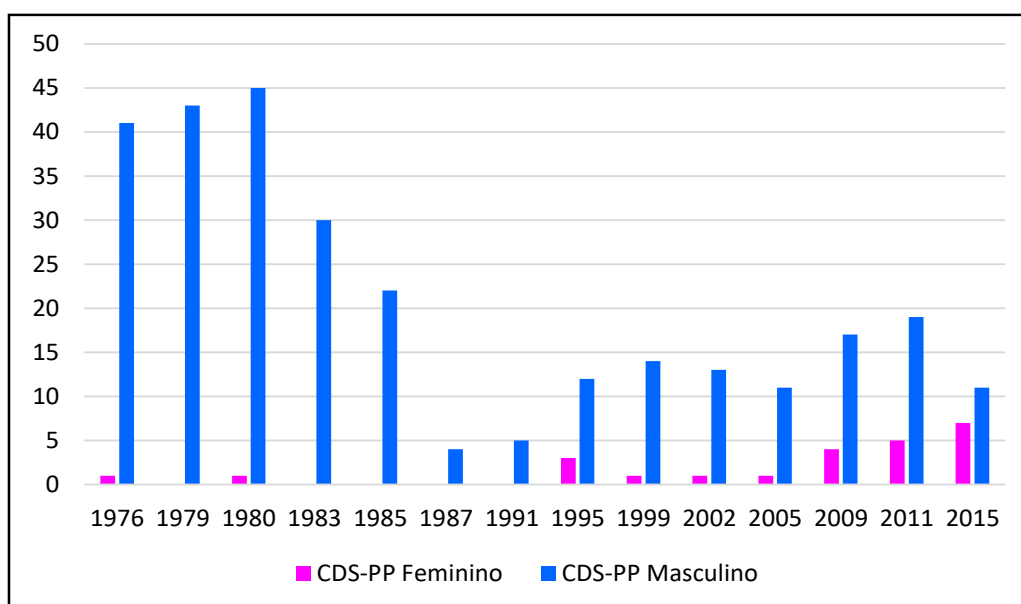
Gráfico 5. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do PPD/PSD



Fonte: Elaboração própria.

Relativamente ao partido do Centro Democrático Social - Partido Popular, o **Gráfico 6** apresenta a distribuição dos seus deputados por legislatura e por género. O CDS-PP, ideologicamente identificado como o partido mais à direita de todos, baseado nos princípios da democracia-cristã, foi fundado em 1974, tendo desde a I Legislatura representação parlamentar e ficando depois das legislativas de 2015 pela primeira vez atrás do BE. Não obstante, em termos de representação de mulheres nas suas listas de deputados, apenas na última legislatura regista uma percentagem significativa de mulheres (63,6% em relação ao total de deputados do partido), tendo superado largamente o proposto pela Lei da Paridade.

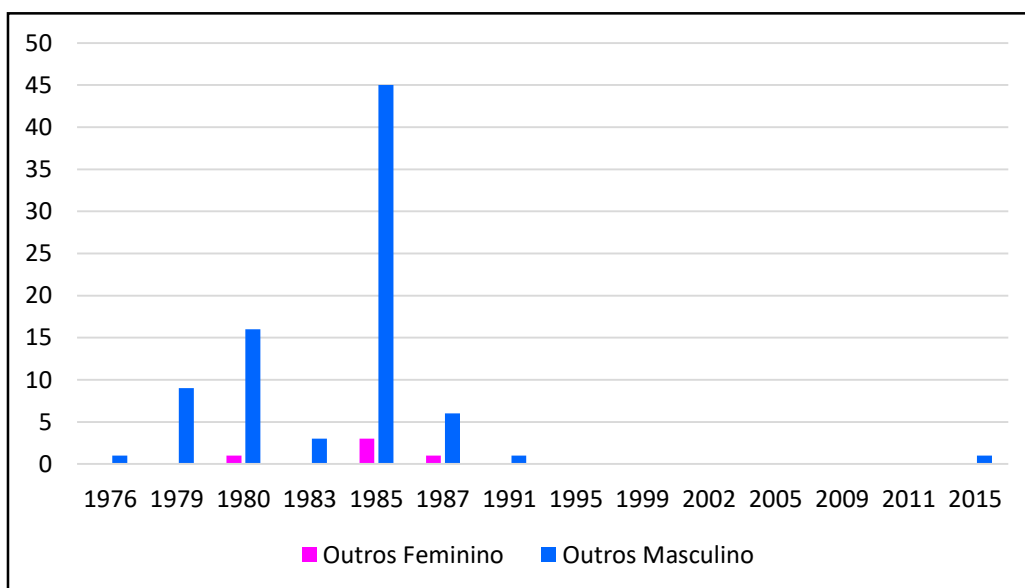
Gráfico 6. Distribuição de Deputados por Mandato e Género do CDS-PP



Fonte: Elaboração própria.

Por último, o **Gráfico 7** apresenta a distribuição de deputados de outros partidos, que não os anteriormente individualizados, por legislatura e por género, sendo que entre a VII Legislatura (com início em 1 de outubro de 1995) e a XII Legislatura (com término em 4 de outubro de 2015), não houve qualquer partido residualmente representado. Como já anteriormente se referiu, alguns dos partidos políticos só existiram pontualmente em algumas legislaturas, salientando-se o Partido Renovador Democrático (na IV e V Legislatura, entre 6 de outubro de 1985 e 6 de outubro de 1991), o qual na primeira eleição a que concorreu (em 1985, coincidente com o ano da sua fundação) tenha obtido uma representação parlamentar que lhe garantiu a terceira posição. O PRD, que procurava moralizar a vida política nacional, beneficiou do patrocínio tácito do General Ramalho Eanes, que à data era o Presidente da República.

Gráfico 7. Distribuição de Deputados por Mandato e Género de Outros Partidos



Fonte: Elaboração própria.

Adicionalmente importa referir que, na primeira metade das legislaturas vigentes na AR existiram mais grupos parlamentares do que na segunda metade das mesmas, como reação ao fim do regime ditatorial. Assim, os partidos que nas primeiras legislaturas tiveram alguma importância relativa, para além das principais forças políticas que, até à atualidade, continuam no Parlamento, foram: Partido Popular Monárquico; Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral; Acção Social Democrata Independente; e a União Democrática Popular.

4.4 Considerações Finais

A participação eleitoral das mulheres registou ao longo das diferentes legislaturas da AR uma tendência progressivamente crescente, não existindo atualmente qualquer diferença significativa entre a percentagem de mulheres e de homens que exercem o seu direito de voto (Espírito-Santo e Baum, 2004). Ao nível da representação de mulheres no parlamento português, a mesma só atingiu o seu pico mais alto (33,0%) em 2015, correspondendo ao limite mínimo previsto na Lei da Paridade. Filipe (2015), face aos estudos desenvolvidos pelo Fórum Económico Mundial (FEM, 2014) e por diversos analistas sociais portugueses, identificou a crise económica que a zona euro e Portugal (de forma mais profunda) enfrentaram, como um dos elementos causais de um desinvestimento nas políticas de promoção da igualdade de género, até àquela data. Também Ferreira e Monteiro (2013: 9-10) anteriormente consideraram que:

“As políticas públicas de ‘igualdade de género’ enfrentam hoje ameaças graves e desafios significativos, tanto a nível nacional como internacional. A crise da dívida soberana, que afeta correntemente várias economias da zona euro, ameaça suspender por completo o tímido investimento, claramente em decrescendo, que vinha sendo feito na ‘igualdade de género.’”.

Antes da aprovação, em 2006, da Lei da Paridade, o PPD/PSD e o CDS-PP eram os partidos que, tendo o menor número de deputados do género feminino, apresentavam os valores mais discrepantes relativamente aos restantes partidos, comparativamente com o BE, o PS e o PCP (Monteiro, 2011), contudo, particularmente, o CDS-PP, tentou contribuir de forma significativa para o incremento da taxa de feminização nas bancadas parlamentares (Teixeira, 2013). Contudo, apesar de alguns progressos registados, concorda-se com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2015: 162), quando refere que:

“(...) que a participação das mulheres em termos igualitários está ainda longe de ser atingida, verificando-se um efetivo défice democrático nesta área.”.

CONCLUSÕES

A diminuição da discriminação entre mulheres e homens não constitui uma tarefa individual de cada cidadão, mas antes um esforço de toda a sociedade, para o qual contribuiu a publicação de um quadro legal que visa a igualdade de direitos humanos, a representação democrática e a independência económica, permitindo à sociedade assegurar a igualdade de género, a cidadania e a não-discriminação. Nestes termos, importa definir políticas sociais adequadas e proceder à implementação de estratégias ajustadas à promoção efetiva da igualdade de género. Como defende Romão (2000: 3):

“a questão da igualdade de oportunidades para homens e mulheres é, para além de um imperativo de justiça e direitos humanos, uma questão de desenvolvimento e de optimização de recursos”.

Em Portugal, a Lei da Paridade, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (AR, 2006a), alterada pela Declaração de Rectificação n.º 71/2006, de 4 de outubro (AR, 2006b), avançou com medidas especiais de discriminação positiva que asseguraram a participação política das mulheres, com o consequente aumento do peso das mulheres no parlamento nacional, em particular no caso dos partidos à direita do espectro político.

Deste modo, o Estado teve um importante papel na configuração da estrutura política do parlamento português e na criação de oportunidades de acesso das mulheres a lugares de poder, no cumprimento do princípio constitucional da igualdade de género. Deste modo, apesar de a igualdade não dever existir para satisfazer uma obrigação legal, considera-se que a sua implementação depende da existência de leis e normas que regulem a sua inclusão em todos os domínios da sociedade.

Face a esta problemática, o presente Projecto Aplicado teve como objetivo principal, analisar e compreender a participação das mulheres na vida política nacional, bem como analisar os impactos que a Lei da Paridade teve nas diferentes legislaturas da Assembleia da República, uma vez que a referida Lei vincula uma representação mínima de 33% de cada um dos sexos nas listas eleitorais para a AR, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais. Adicionalmente, como objetivos secundários, os quais consubstanciam o primeiro objetivo, visou-se ter uma perceção do enquadramento cultural e político da temática da igualdade de género, a nível internacional e nacional, em paralelo com a perceção do funcionamento da Assembleia da República, em termos da sua organização e competências políticas, legislativas, de fiscalização ou outras.

➤ Resultados da Investigação

Da análise teórica realizada pode concluir-se que, o Estado tem tido um papel importante na promoção e garantia da igualdade de direitos entre mulheres e homens, tendo a «*Plataforma de Acção de Pequim*» contribuído para que os Estados-membros tomassem medidas para assegurar o igual acesso e a plena participação das mulheres nas estruturas de poder, bem como a aumentar a capacidade das mesmas na decisão política. É neste sentido, e com o objetivo de proteger e promover a igualdade de género em Portugal, que se desenvolveram os «*Planos Nacionais para a Igualdade*», que já contam atualmente com cinco edições.

Na medida em que a Assembleia da República é “*representativa de todos os cidadãos portugueses*” (AR, 2005), a mesma serviu de caso de estudo do presente Projecto Aplicado, a fim de se poder compreender o seu grau de envolvimento com a temática da igualdade de género, com vista a perceber os procedimentos seguidos ao longo das diferentes legislaturas políticas, entre 1976 (I Legislatura) e 2015 (XIII, e última, Legislatura), em Portugal.

Os resultados obtidos evidenciam uma crescente preocupação na adoção de medidas especiais de discriminação positiva para assegurar a participação política das mulheres, sendo que a análise das legislaturas políticas em Portugal permitiram concluir que: (1) a I Legislatura data de 25 de abril de 1976 (1976-1979); (2) no ano de 1976, dos 263 membros incluídos na I Legislatura, apenas 15 são mulheres (5,7% do total); (3) na XIII Assembleia Legislativa (legislatura em vigor, com início em 4 de outubro de 2015), há, pela primeira vez, uma representação de 33% de mulheres, ou seja, num total de 230 deputados, 76 são mulheres; e (4) a evolução da representação de mulheres nas legislaturas portuguesas mostra a continuação da primazia de homens.

Adicionalmente constata-se que, após a entrada em vigor da Lei da Paridade, em 2006, se assistiu, na XI Legislatura (com início em 27 de setembro de 2009), a um maior equilíbrio entre os partidos, apesar de a representação das mulheres ainda estar muito aquém do limiar considerado paritário, o que se explica pelas estratégias de seleção e recrutamento de pessoal no interior dos partidos. Não obstante, o Bloco de Esquerda foi o partido político que registou uma participação feminina média mais elevada ao longo das sucessivas legislaturas, pese embora este partido só tenha sido fundado em 1999 e entrado no espectro político numa fase em que o tema do género começava a ganhar algum destaque nos debates políticos.

➤ Limitações da Investigação

Apesar de as limitações subjacentes a qualquer investigação serem diversas, indo desde o tempo disponível para realizar a investigação, ao conhecimento e capacidade do próprio investigador, sendo elas que condicionam, segundo Easton (1995), a escolha de determinadas metodologias. A adoção da metodologia de caso de estudo, seguida neste Projecto Aplicado, apresenta desde logo como limitação a validação externa dos resultados, não se podendo generalizar os resultados obtidos com o estudo. Contudo, à semelhança de Yin (2008), considera-se que os resultados, apesar de não poderem ser generalizados a outras entidades, podem servir de referência.

Outra limitação pode estar relacionada com o facto de não haver informação sistematizada sobre as listas eleitorais para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, ao longo das sucessivas eleições, que permitira concluir sobre a implementação, generalizada, da Lei da Paridade em Portugal, o que poderia originar resultados mais abrangentes e conclusivos para uma melhor análise.

➤ Possibilidades de Investigação Futura

Como desenvolvimentos futuros pretende-se alargar a dimensão do estudo, pois será importante alargar a mesma às listas eleitorais para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, de forma realizar uma comparação de resultados. Outra possibilidade seria também a realização de uma análise comparativa ao nível de outros países, com vista a verificar as questões culturais na adoção de medidas especiais de discriminação positiva na participação política das mulheres.

Face ao exposto, e, pese embora, os trabalhos de investigação anteriormente realizados nesta área, espera ter-se contribuído para um melhor conhecimento da implementação da Lei da Paridade ao nível das legislaturas da Assembleia da República Portuguesa, apesar das limitações que a presente investigação possa comportar.

*De facto, ainda há muito caminho a percorrer para o efetivo
combate à desigualdade de género ...*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Referências Bibliográficas

- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38: 687-714.
- Assembleia da República (AR, 1976). Lei n.º 5/76, aprova o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, I Série, 213, 10 de setembro: 140-2142.
- Assembleia da República (AR, 1993). Lei n.º 7/93, aprova o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, I Série, 50, 1 de março: 869-874.
- Assembleia da República (AR, 1995). Lei n.º 24/95, altera o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, I-A Série, 190, de 18 de agosto.
- Assembleia da República (AR, 1998). Lei n.º 55/98, altera o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, I-A Série, 189, de 18 de agosto.
- Assembleia da República (AR, 1999). Lei n.º 45/99, altera o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, I-A Série, 138, de 16 de junho.
- Assembleia da República (AR, 2005). Lei Constitucional n.º 1/2005, aprova a Sétima revisão constitucional. *Diário da República*, 155, I-A Série, 12 de Agosto: 4642-4686.
- Assembleia da República (AR, 2006a). Lei Orgânica n.º 3/2006, aprova a Lei da Paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. *Diário da República*, 160, I Série, 21 de agosto: 5896-5897.
- Assembleia da República (AR, 2006b). Declaração de Rectificação n.º 71/2006, declara ter sido rectificadora a Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto. *Diário da República*, 192, I Série, 4 de outubro: 7118.
- Assembleia da República (AR, 2006c). Lei n.º 45/2006, altera o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, I Série, 164, de 25 de agosto.
- Assembleia da República (AR, 2007a). Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, aprova o Regimento da Assembleia da República. *Diário da República*, 1.ª série, 159, 20 de agosto: 5362-5398.

Assembleia da República (AR, 2007b). Declaração de Retificação n.º 96-A/2007, retifica o Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007. *Diário da República*, 1.ª série, 202, 19 de outubro: 7688-(2).

Assembleia da República (AR, 2007c). Lei n.º 43/2007, altera o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, I Série, 163, de 24 de agosto.

Assembleia da República (AR, 2009). Lei n.º 16/2009, altera o Estatuto dos Deputados. *Diário da República*, 1.ª série, 64, 1 de abril: 2020.

Assembleia da República (AR, 2010). Regimento da Assembleia da República n.º 1/2010, aprova a primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de Agosto. *Diário da República*, 1.ª série, 200, 14 de outubro: 4478-4515.

Assembleia da República (AR, 2015a). *Parlamento*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/default.aspx> [Acedido em: Dezembro de 2015].

Assembleia da República (AR, 2015b). *Parlamento: Competência*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Competencia.aspx> [Acedido em: Dezembro de 2015].

Assembleia da República (AR, 2015c). *Parlamento: Organização e Funcionamento*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/OrganizacaoFuncionamento.aspx> [Acedido em: Dezembro de 2015].

Assembleia da República (AR, 2015d). *Parlamento: Deputados e Grupos Parlamentares*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/default2.aspx> [Acedido em: Dezembro 2015].

Assembleia da República (AR, 2016). *Estatuto dos Deputados: Legislação – Versão Simples*. Lisboa: Assembleia da República/Divisão de Informação Legislativa Parlamentar.

Assembleia da República (AR, 2017a). *Deputados e Grupos Parlamentares - Biografia: Assunção Cristas*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4057> [Acedido em: maio de 2017].

Assembleia da República (AR, 2017b). *Deputados e Grupos Parlamentares - Biografia: Catarina Martins*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=4161> [Acedido em: maio de 2017].

- Baranãno, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão: Manual de apoio à realização de trabalhos de investigação*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Barreiros, J.F. (2012). *A Lei da Paridade: A questão das quotas para a Assembleia da República*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Baum, M. e Espírito-Santo, A. (2004). Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres. In: Freire, A.; Lobo, M.C. e Magalhães, P. (Orgs.). *Portugal a votos: As eleições legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 261-299.
- Baum, M. e Espírito-Santo, A. (2009). As causas para a adoção da lei da paridade em Portugal. In: Freire, A. e Viegas, J.M.L. (org.). *Representação Política, O Caso Português em Perspetiva Comparada*. Lisboa: Sextante Editora: 375-414.
- Bettencourt, A.M. e Pereira, M.S. (1995). *Mulheres Políticas: As suas causas*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Bilhim, J.A.F. (2007). *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*. 3ª ed. Lisboa: I.S.C.S.P. – Universidade Técnica de Lisboa.
- Cerqueira, C. (2007). *As políticas da UNESCO para a igualdade de género nos media: 1977 – 2007*. Braga: Universidade do Minho.
- Comissão Europeia (CE, 1992). *Tratado da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (CE, 1996). *Comunicação da Comissão, de 21 de Fevereiro de 1996, "Integrar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no conjunto das políticas e das acções comunitárias"* [COM(96) 67 final]. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:c10921&from=EN> [Acedido em: Fevereiro de 2017].
- Comissão Europeia (CE, 1998). *A igualdade em 100 palavras - glossário de termos sobre igualdade entre mulheres e homens*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (CE, 2010). *COM(2010)78 final: Empenhamento reforçado na Igualdade entre Mulheres e Homens - Uma Carta das Mulheres*. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG, 2015). *Igualdade de Género em Portugal 2014*. Lisboa: CIG.

Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM, 1999). *A abordagem integrada da igualdade de género (mainstreaming)*. Lisboa: CIDM-PCM.

Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE, 2003). *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros / Ministério da Segurança Social e do Trabalho / Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Cruz, M.B. (2000). A revisão falhada do sistema eleitoral. *Análise Social*, 35: 45-53.

Dahlerup, D. e Freidenvall, L. (Coord.) (2008). *Electoral Gender Quota Systems and their Implementation in Europe*. Brussels: European Parliament.

Denzin, N.K. e Lincoln, Y.S. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. 2ª Ed. London: Sage Publications.

Easton, G. (1995). Methodology and Industrial Networks. In: Moller, K. et al. (ed.). *Business Marketing: An Interaction and Network Perspective*. London: Kluwer Academic Publishers: 411-492.

Espírito-Santo, A. e Baum, M. (2004). *A participação feminina em Portugal numa perspectiva longitudinal*. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d29527197_1.pdf [Acedido em: abril de 2016].

Esteves, C. (2013). *A Igualdade de oportunidades de género na Administração Pública: estudo de caso de integração do género feminino na Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Ferreira, E.; Ventura, I.; Rego, L.; Tavares, M. e Pires de Almeida, M.A. (2015). *Percursos Feministas: Desafiar Os Tempos*. Lisboa: UMAR/Universidade Feminista.

Ferreira, V. (Coord.) (2013). *Estudo de avaliação da integração da perspectiva do género nos fundos estruturais, no período de programação 2007-2013*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Ferreira, V. e Monteiro, R. (2013). *Introdução: Políticas de igualdade em Portugal - Assinalando o fim de um ciclo*. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100002 [Acedido em: abril de 2016].

Filipe, F.C.S. (2015). *Perceções e Experiências de Conciliação da Vida Profissional e da Vida Familiar - Um Estudo de Caso. Relatório de Mestrado*. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Fórum Económico Mundial (FEM, 2014). *The Global Gender Gap Report 2014*. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/> [Acedido em: abril de 2016].

Freidenvall, L.; Dahlerup, D. e Skjeie, H. (2006). The Nordic countries: an incremental model. In: Dahlerup, D. (org.). *Gender, Quotas and Politics*. Londres: Routledge: 55-82.

Hartley, J.F. (1994). Case studies in organizational research. In: Cassell, C. e Symon, G. (eds.). *Qualitative Methods in Organizational Research*. London: Sage Publications: 208-229.

Jalali, C. (2007). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Krook, M.L. (2009). *Quotas for Women in Politics: Gender and candidate selection reform worldwide*. Oxford: Oxford University Press.

Martins, I.M.R.A. (2011). *Participação Política das Mulheres nos Órgãos Executivos Camarários do Distrito de Viseu - 2005/2010: Contributos da Lei da Paridade. Dissertação de Mestrado*. Viseu: Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.

Martins, M.M. e Teixeira, C.P. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Ministério do Trabalho (MT, 1979). Decreto-Lei n.º 392/79, que visou garantir às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego, como consequência do direito ao trabalho consagrado na Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 218, I Série, 20 de setembro: 2466-2469.

Monteiro, R. (2011). A Política de Quotas em Portugal: O papel dos partidos políticos e do feminismo de Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92 (Março): 31-50.

Norris, P. e Inglehart, R. (2001). Women and Democracy: Cultural obstacles to equal representation. *Journal of Democracy*, 12: 126-140.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2008). *Gender and Sustainable Development: Maximising the Economic, Social and Environmental Role of Women*. Washington: Organization for Economic Cooperation and Development.

Perista, H. e Silva, A. (2005). *Impacto em função do género - Avaliação de Medidas de Política*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Pernas, G.; Fernandes, M. e Guerreiro, M.D. (2008). *Guião para a implementação de planos de igualdade na administração pública local*. Disponível em: https://www.academia.edu/3024572/Gui%C3%A3o_para_a_implementa%C3%A7%C3%A3o_de_planos_de_igualdade_na_Administra%C3%A7%C3%A3o_P%C3%BAblica_Local [Acedido em: abril de 2016].

Pintat, C. (1997). Les femmes dans les parlements et dans les partis politiques en Europe et en Amérique du Nord. In: Christine, F. (ed.). *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*. Paris: PUF: 793-816.

PORDATA (2015a). *Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: total e por sexo*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+total+e+por+sexo-2258> [Acedido em: Dezembro de 2015].

PORDATA (2015b). *Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: deputados do sexo masculino por partido político*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+deputados+do+sexo+masculino+por+partido+pol%C3%ADtico-2259> [Acedido em: Dezembro de 2015].

PORDATA (2015c). *Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: deputados do sexo feminino por partido político*. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Mandatos+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+deputados+do+sexo+feminino+por+partido+pol%C3%ADtico-2260> [Acedido em: Dezembro de 2015].

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 1977). Decreto-Lei n.º 485/77, institucionaliza e estabelece a estruturação orgânica da Comissão da Condição Feminina. *Diário da República*, 266, I Série, 17 de novembro.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 1997). Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, aprova o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades. *Diário da República*, 70, I Série-B, 24 de março: 1323-1326.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2003). Resolução do Conselho de Ministro n.º 184/2003, aprova o II Plano Nacional para a Igualdade. *Diário da República*, 273, I Série-B, 25 de novembro: 8018-8032.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2007a). Decreto-Lei n.º 164/2007, aprova a orgânica da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. *Diário da República*, 85, I Série, 3 de maio.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2007b). Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, aprova o III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010). *Diário da República*, 119, I Série, 22 de junho: 3949-3987.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2011). Resolução do Conselho de Ministro n.º 5/2011, aprova o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e não Discriminação, 2011 -2013. *Diário da República*, I Série, 18 de janeiro: 296-321.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 2013). Resolução do Conselho de Ministro n.º 103/2013, aprova o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não -discriminação 2014 -2017. *Diário da República*, I Série, 31 de dezembro: 7036-7049.

Presidente da Assembleia da República (PAR, 2015). *Presidente*. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/sites/PAR/PARXIIIIL/Presidente/Paginas/default.aspx> [Acedido em: Dezembro de 2015].

Queirós, M. (2012). Políticas Públicas para a Igualdade. Uma reflexão a partir do Guia para o combate à discriminação nos Municípios. *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 25: 137-148.

Rando, B.; Silva, M.G. e Anjos, C. (2011). *Igualdade de género nos cargos de direção da administração pública central – 14 anos de políticas para a igualdade*. Lisboa. Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

Rato, H.; Madureira, C.; Alexandre, H. e Oliveira, T. (2005). Da igualdade de direitos à desigualdade de género: assimetrias nas esferas pública e privada. *Sociedade e Trabalho*, 27 (Set/Dez): 7-25.

Romão, I. (2000). *A igualdade de oportunidades nas empresas – gerir para a competitividade, gerir para o futuro*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Santos, F. (Coord.) (2013). *Igualdade de género em Portugal 2012*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Santos, M.H. e Amâncio, L. (2010). A (in)justiça relativa da acção positiva – A influência do género na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo. *Análise Psicológica*, 1 (28): 43-57.

Santos, M.H. e Amâncio, L. (2012). Género e Política: Análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68: 79-101.

Schramm, W. (1971). *Notes on Case Studies of Instructional Media Projects*. Stanford: Stanford University, California Institute for Communication Research.

Silva, M. (2002). *A Igualdade de Género: Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Silva, P. (2014). *Igualdade de Género nas Autarquias Locais: Fomação de Mainstreaming de Género – Um Estudo de Caso*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Silverman, D. (2001). *Interpreting Qualitative Data*. 2nd Ed. London: Sage Publications.

Squires, J. (2007). *The New Politics of Gender Equality*. New York: Palgrave.

Teixeira, C.F.O. (2013). *O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1986*. Dissertação de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Viegas, J.M. e Faria, S. (2001). *As mulheres na política*. Oeiras: Celta.

Viotti, M.L.R. (2006). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995. In: Heloisa, F. (coord.). *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: 147-258.

Walby, S. (2005). Introduction: Comparative Gender Mainstreaming in a Global Era. *International Feminist Journal of Politics*, 7 (4): 453-470.

Yin, R.K. (2008). *Case Study Research - Design and Methods*. 3th Ed. London: Sage Publications.